

CENTRO UNIVERSITÁRIO TABOSA DE ALMEIDA-ASCES/UNITA  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

**MARIA JOELMA DA CRUZ**

**FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA:  
AVANÇOS E DESAFIOS**

CARUARU - PE  
2017

MARIA JOELMA DA CRUZ

**FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL É EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA:  
AVANÇOS E DESAFIOS**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado a ASCES/UNITA, como requisito parcial, para obtenção do grau de bacharel em Serviço Social, sob orientação da Profª Dr. Juliene Tenório de Albuquerque.

CARUARU - PE

2017

**FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL É EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA:  
AVANÇOS E DESAFIOS**

**BANCA EXAMINADORA**

Aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

---

**Presidente: Juliene Tenório de Albuquerque**

---

**Primeiro Avaliador**

---

**Segundo Avaliador**

## AGRADECIMENTOS

O percurso até aqui não foi fácil, porém extremamente enriquecedor. Momentos de alegria e angustias, mas principalmente de vitórias. Durante a construção desse trabalho pude provar das mais variadas sensações. Contudo, cheguei ao fim de mais uma etapa da minha vida acadêmica. Agora, só agradeço a todos que direta ou indiretamente vivenciaram esse momento ao meu lado.

Agradeço a Deus, pela sabedoria e pela força, para que eu pudesse superar as dificuldades encontradas ao longo dessa jornada.

A meus pais Josélia e Manasés, por seus esforços em construir comigo esse sonho, apoiando minhas escolhas.

A minhas irmãs Manoela e Jussara, pelas palavras de apoio e incentivo, pelos conselhos nos momentos de fragilidade e cada gesto de carinho.

A meu noivo Jonas, por todo amor, compreensão, dedicação e apoio durante essa etapa.

A Juliene Tenório, pela paciência, confiança, competência e empenho durante o processo de construção deste trabalho. Pelas palavras de apoio e carinho. Muito obrigada, sem sua grande ajuda, não teria conseguido findar essa etapa.

A minhas amigas Raquel Cordeiro, Keila Cristina e Ana Carolina, por todo carinho e companheirismo ao longo da graduação.

A meus professores pela imensa contribuição no processo de formação acadêmica, em especial a Ana Mirceia, coordenadora do Projeto de Extensão do qual fiz parte, por toda sua dedicação e amor a profissão.

E aos demais que de alguma forma vivenciaram esse momento único da minha vida, o meu sincero muito obrigada.

## RESUMO

Objeto desta pesquisa, a Extensão Universitária, desempenha uma importante função no processo de formação acadêmica. É contemplada nas principais normativas que sustentam a Política da Educação Superior no Brasil, compondo o tripé que sustenta a dinâmica metodológica do ensino superior no país, sendo vinculada de forma indissociável das práticas de Ensino e Pesquisa. Em tempos de precarização do ensino, em virtude da mercantilização da educação, a Extensão Universitária tem sua efetivação fragilizada, uma vez que as IES focalizadas apenas no Ensino ganham cada vez mais espaço no cenário atual. A graduação em Serviço Social é atualmente um dos cursos que tem maior oferta em IES na modalidade de Ensino à Distância, o que tem levantado críticas por parte das entidades como ABEPSS e CFESS. Este Trabalho de Conclusão de Curso tem por objetivo Analisar os avanços e desafios da Extensão Universitária para formação em Serviço Social, a partir da experiência do curso de Serviço Social da ASCES/UNITA, Caruaru – PE. Como resultado desta pesquisa, pode-se sinalizar estratégias para o fortalecimento da prática da extensão no curso de Serviço Social desta IES. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, tendo como técnicas utilizadas para a pesquisa: a pesquisa bibliográfica e a análise de documentos, tais como: Normativas do Ministério da Educação (MEC), Normativas da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e relatórios de Projetos de Extensão do Laboratório de Estudos, Políticas e Práticas Sociais (LEPPS). A Análise dos dados será realizada seguiu as orientações da Análise Crítica do Discurso (ACD) proposta por Norman Fairclough.

**Palavras-chave:** Educação Superior. Extensão Universitária. Serviço Social. Formação Profissional.

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – DISTRIBUIÇÃO DE IES NO ANO DE 2008 .....	22
QUADRO 2 – ATIVIDADES PROJETO DE EXTENSÃO INDEPENDENCIA .....	54
QUADRO 3 – ATIVIDADES PROJETO DE EXTENSÃO FORMAÇÃO E PRÁTICAS EM SERVIÇO SOCIAL .....	58
QUADRO 4 – IN DEPENDÊNCIA / FORMAÇÃO E PRÁTICA EM SERVIÇO SOCIAL.....	61
QUADRO 5 – USUÁRIO/AS DOS PROJETOS: IN DEPENDÊNCIA; FORMAÇÃO E PRÁTICAS EM SERVIÇO SOCIAL .....	62
QUADRO 6 – TCCs .....	63

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – GRÁFICO: QUANTIDADE DISCENTES NOS PROJETOS DE EXTENSÃO .....	65
---	----

## LISTA DE ABREVIATURAS

ABEPSS -	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
CFESS -	Conselho Federal de Serviço Social
EAD -	Educação à Distância
FHC -	Fernando Henrique Cardoso
FIES -	Fundo de Financiamento Estudantil
GERES -	Grupo Executivo da Reforma do Ensino Superior
GTI -	Grupo de Trabalho Interministerial
IES -	Instituições de Ensino Superior
INEP -	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB -	Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional
LEPPS-	Laboratório de Estudos, Políticas e Práticas Sociais
MEC -	Ministério da Educação
PROUNI -	Programa Universidade para Todos
REUNI -	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades
SINAES –	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
TCC -	Trabalho de Conclusão de Curso

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO I – EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: A IMPORTÂNCIA DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA .....	13
1.1 Expansão do Ensino Superior no Brasil e Políticas Neoliberais para Educação Superior: Implicações para Extensão Universitária.....	14
1.2 Educação Superior no governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010).....	18
1.3 Governo Dilma Rousseff (2011 à 31 agosto de 2016) – Educação Superior: Um novo ciclo de expansão .....	23
1.4 Michel Temer: Governo ilegítimo, o desmonte de políticas públicas e retrocesso na educação superior .....	28
CAPÍTULO II: O SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: NORMATIVAS DA FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL.....	32
2.1 A trajetória do Serviço Social brasileiro: Breve histórico.....	32
2.2 Serviço Social na Contemporaneidade: Normativas da profissão e da formação.....	36
2.3 A formação em Serviço Social: a importância da Extensão.....	44
CAPÍTULO III: A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA ASCES-UNITA .....	48
3.1 O curso de Serviço Social da ASCES/UNITA.....	48
3.2 O Laboratório de Estudos, Políticas e Práticas Sociais (LEPPS) .....	49
3.2.1 O lugar da extensão na Formação em Serviço Social (ASCES-UNITA).....	51
3.2.2 Projetos de extensão-objetivos e atividades.....	53
3.2.3 Extensão em Serviço Social: Avanços e Conquistas.....	60
3.2.4 Extensão em Serviço Social: Desafios .....	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	67
REFERÊNCIAS .....	70

## INTRODUÇÃO

A formação em Serviço Social no Brasil, atualmente é pautada sob a lógica das Diretrizes Curriculares, vigente desde 1996 fundamentada pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e as Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social 2002 (MEC). Essas normativas apresentam uma proposta de ensino que promova a capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, as quais articuladas têm por finalidade proporcionar a qualificação durante o processo de formação em Serviço Social.

Dentre as exigências estabelecidas pela Constituição Federal de 1988, no que se refere ao Ensino Superior em seu artigo 207 dispõe que: as universidades [...] obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Ora, o tripé ensino, pesquisa e extensão apresentam-se como base metodológica das universidades brasileiras, com o propósito de intermediar a teoria e a prática no processo de construção do conhecimento.

No contexto atual é impossível tratar da temática “Formação em Serviço Social”, sem analisar as implicações que a mercantilização da Educação Superior vem trazendo para a formação, a precarização e a fragilização da formação dos profissionais são reflexos de políticas educacionais superficialistas e de certo modo descomprometidas com o conhecimento científico, lançando ao mercado de trabalho, cada vez mais técnicos. Esse modelo atual de mercantilização da Educação Superior foi lançado no governo de Fernando Henrique Cardoso na década de 1990, o qual apresenta um projeto educacional estreitamente ligado à lógica Neoliberal.

A análise deste contexto sócio histórico de reformas neoliberais e de constituição do marco legal para sustenta-las, tal como a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), acrescida da lógica instrumental, gerencial e produtivista que sustenta essas reformas, permite-nos detectar as mediações macroscópicas que se conectam à profissão interferindo (ainda que de maneira indireta) no perfil do profissional que se pretende formar. (GUERRA, 2005, p.148).

Com a implantação desse novo padrão, o tripé ensino, pesquisa e extensão, sofreu e sofre implicações para sua efetivação enquanto parte fundamental do processo de ensino.

A adoção e disseminação desse projeto educacional de expansão da Educação Superior nas últimas décadas teve um maior fortalecimento nos governos petistas de Lula da Silva e Dilma Rousseff, orientando-se pela dinâmica de “democratização” de acesso, possibilitando que estudantes de baixa renda pudessem ingressar no ensino superior, sem deixar de favorecer também o empresariado e o setor privado.

Na atualidade a Educação Superior brasileira se vê num processo de fragilização e retrocesso, tendo em vista que as medidas adotadas pelo atual governo de Michel Temer tendem a diminuir ainda mais os investimentos com educação pública no Brasil em todos os seus níveis.

A noção de “educação mercadoria” implica diretamente na qualidade da formação, uma vez que a não obrigatoriedade das IES privadas em garantir o tripé ensino, pesquisa e extensão é apresentado na LDB/1996, tornando esse requisito obrigatório somente nas universidades públicas. Desta forma deram-se condições para que as instituições estruturadas somente na perspectiva de Ensino ganhassem cada vez mais espaço, assim como, a expansão das IES alicerçadas na modalidade EaD.

Contudo, temos visto que no processo de formação profissional as lacunas deixadas durante a graduação implicam diretamente na atuação dos profissionais que adentram o mercado, a tecnicidade tão atribuída a esse modelo, restringe por vezes que a criticidade do estudante seja desenvolvida, implicando diretamente na formação crítica e cidadã. Para além disso é importante que pensemos como será a prática de um(a) assistente social que tem como atribuição intervir diretamente na sociedade promovendo a reflexão sobre a realidade a qual estamos inseridos se o mesmo não tem esse olhar crítico desenvolvido durante a graduação.

É importante deixar claro que, além da prática do estágio curricular obrigatório, lei de nº 11.788, de setembro de 2008, a qual prevê o estágio como ato educativo supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho que visa à preparação para o trabalho produtivo do estudante, a extensão universitária dá a possibilidade ao estudante de ter um contato maior com o exercício da profissão e uma aproximação do saber acadêmico com a sociedade, isso porque na sua

essência a extensão prevê que as atividades extensionistas ultrapassem os muros dos centros de ensino superior, sejam eles públicos ou privados.

No processo de expansão da Educação Superior, a interiorização é outro fator que deve ser observado, os governos petistas, com maior evidência na gestão Dilma Rousseff promoveram o processo de interiorização da IES públicas e privadas. A região do Agreste pernambucano tem atualmente um número significativo de instituições de ensino superior, sobre tudo de IES privadas – EaD. O município de Caruaru é atualmente um dos principais polos educacionais do interior de Pernambuco.

A ASCES-UNITA é uma instituição de ensino superior privado que se destaca pelo pioneirismo na modalidade de ensino 100% presencial e pelo compromisso em promover o tripé ensino, pesquisa e extensão no interior de Pernambuco. Desde 2010 disponibiliza o curso de Serviço Social orientando-se pelas normativas da ABEPSS e MEC, buscando formar profissionais competentes, respeitando o projeto ético-político da profissão.

Devido à carência de estudos sobre a temática “Extensão Universitária” e os desafios de oferecer uma formação realmente consistente, pretendemos nesse Trabalho de Conclusão de Curso responder as seguintes indagações: De que modo à extensão universitária contribui para a formação em Serviço Social? Como a extensão universitária tem sido desenvolvida na graduação de Serviço Social da ASCES-UNITA?

O interesse para realizar esse estudo surgiu a partir da experiência no projeto de extensão Formação e Prática em Serviço Social<sup>1</sup> ofertado pelo curso de Serviço Social do Centro Universitário Tabosa de Almeida, ASCES-UNITA, em Caruaru, Pernambuco. A participação nas atividades desenvolvidas pelo projeto, possibilitaram um ganho grandioso de experiências e conhecimentos, os quais provavelmente não teria acesso sem a extensão. O contato com o(a) usuário(a), observando e relacionando prática e teoria que nos é passada dentro da sala é sem dúvida alguma um importante passo durante a formação.

Desta forma, temos como objetivo geral desse projeto analisar os avanços e desafios da Extensão Universitária para formação em Serviço Social, a partir da

---

<sup>1</sup> **Projeto de Formação e Práticas em Serviço Social – ASCES-UNITA** desenvolve atividades com a perspectiva da construção da identidade profissional do/a Assistente social, atuando em questões consideradas importantes pelos supervisores de campo e discentes do curso, sobre tudo nos desafios que circundam a teoria e a prática do Serviço Social.

experiência do curso de Serviço Social da ASCES/UNITA, Caruaru – PE. Bem como descrever as diretrizes para a formação em Serviço Social, a partir das normativas do MEC e ABEPSS e identificar as condições de desenvolvimento de projetos de extensão no curso de Serviço Social dessa IES.

A pesquisa justifica-se em trazer um estudo atual sobre a extensão universitária, investigando de que forma a mesma contribui no processo de formação e como ela tem sido vivenciada na graduação em Serviço Social do Centro Universitário Tabosa de Almeida – ASCES/UNITA. Por se tratar de um tema ainda não muito discutido e pesquisado com relação à região do Agreste, buscamos contribuir com o aprimoramento da extensão universitária no processo de formação em Serviço Social.

## **CAPÍTULO I**

### **EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: A IMPORTÂNCIA DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA**

Compreender o passado é sem dúvida indispensável para que possamos refletir sobre o atual momento, principalmente quando tratamos de Educação no Brasil. Instituída durante o século XIX, a Política Nacional de Educação Superior brasileira, sofreu inúmeras alterações em sua formulação, a fim de suprir as novas demandas que surgem na sociedade.

No decorrer deste capítulo, pretendemos analisar e sistematizar o caminho percorrido pela Educação Superior brasileira, enfatizando o papel da Extensão Universitária, como instrumento indispensável num processo que promova a formação profissional de qualidade.

Mediante proposta de periodização apresentada por Durhan (2005), o Ensino Superior no Brasil seguiu etapas distintas: Período Monárquico (1808 -1889), Primeira República, Década de 1920 e o Movimento de Modernização do Ensino, Década de 1930, fim da Primeira República, Segunda República (1945 – 1964), Regime Militar e a Reforma (1964- 1980), Década de 1980, Era FHC, Políticas Educacionais para o Ensino Superior no Governo Lula e Políticas recentes.

Conforme os objetivos deste trabalho e amparadas pela proposta de periodização de Durhan (2005), delimitamos a última etapa - Década de 1980, Era FHC, Políticas Educacionais para o Ensino Superior no Governo Lula e Políticas recentes - como objeto de pesquisa deste capítulo. Desta forma, tomamos a temática do ensino superior a partir da promulgação da Constituição Federativa do Brasil de 1988, a qual trata da Educação como um direito de todos. As orientações contidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB/1996, e a Política Nacional de Extensão e Plano Nacional de Extensão Universitária. Passaremos também pelas estratégias da Educação Superior implementadas nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), Dilma Rousseff (2011 a 31 de agosto de 2016), chegando à atualidade com o governo de Michel Temer (2016 a 2018).

## **1.1 Expansão do Ensino Superior no Brasil e Políticas Neoliberais para Educação Superior: Implicações para Extensão Universitária.**

A expansão da Educação Superior no Brasil teve como ponto de partida as políticas e planos estabelecidos ainda na década de 1990, mais efetivamente a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), o qual adotou um modelo de gestão ordenado pelas políticas mundiais que favoreciam o fortalecimento da abertura comercial, privatização, incentivo ao capital privado e intervenção mínima do Estado. Tais mudanças permitiram a substituição de um modelo administrativo burocrático extremamente rigoroso e muitas vezes ineficaz, para uma administração que permitisse maior flexibilidade, como pontua Bresser Pereira (2001).

A educação por sua vez, ficou inteiramente exposta à privatização, um dos três eixos que estruturavam as políticas propostas no governo FHC. Contradizendo a premissa estabelecida na Constituição Federativa do Brasil de 1988, onde a educação é definida como um direito social, bem como pontua o texto constitucional no capítulo III, seção I.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, Art. 205)

Todavia, o modelo adotado nesse governo, permitiu que a educação passasse a ser tratada como mercadoria, uma vez que a mesma está estritamente ligada à medidas de privatização e incentivo do setor privado, bem como é previsto no texto constitucional e na LDB, lei de nº 9.394/96, que estabelecem como responsabilidade do Estado a concessão e a avaliação dos cursos ofertados pelas Instituições de Ensino Superior. Nessa lógica, a Educação Superior passava a ter um caráter de serviço público não estatal, uma vez que o Estado passou a ter menos responsabilidades em ofertar esse serviço à sociedade, dando espaço e autonomia para o investimento do setor privado.

Outro fator importante para as mudanças na Educação Superior foi à incorporação do Decreto nº 2.207 de 15 de abril de 1997, o qual estabelecia a

caracterização e distinção das Instituições de Ensino Superior, oportunizando a criação das Faculdades Integradas, Centros Universitários, Escolas Superiores, entre outras.

Quanto à sua organização acadêmica, as instituições de ensino superior do Sistema Federal de Ensino classificam-se em:

**I** - universidades;

**II** - centros universitários;

**III** - faculdades integradas;

**IV** - faculdades;

**V** - institutos superiores ou escolas superiores. (BRASIL, 1997, Art.4º)

Durante a administração de FHC (1995-2002) pode-se observar um crescimento significativo no número de IES privadas espalhadas pelo território brasileiro, bem como o aumento considerável no número de matrículas em cursos oferecidos por instituições privadas. A expansão do ensino se deu em virtude do aumento no número de IES entre 1995 e 2000, esse número cresceu 32%, segundo Macedo (2005). Provocando também, um aumento progressivo no número de matrículas nas IES privadas.

A adoção destas medidas promoveram mudanças significativas em todos os setores, na educação superior não foi diferente, se por um lado ampliou-se o número de vagas, cursos e matrículas, deram-se brechas para que pontos importantes fossem colocados em “segundo plano”, como por exemplo, a indissociabilidade do tripé “Ensino, Pesquisa e Extensão”, para promoção da qualidade da formação profissional e cidadã.

Ainda tratando sobre Educação, em seu capítulo III, seção I, o texto constitucional pontua as seguintes resoluções:

O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

**I** - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; **II** - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; **III** - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; **IV** - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; **V** - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; **VI** - gestão democrática do ensino público, na forma da lei; **VII** - garantia de padrão de qualidade; **VIII** - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal (BRASIL, 1988, Art. 206).

Analisando previamente o texto constitucional, nos artigos citados anteriormente, os quais tratam da educação em linhas gerais, abre-se espaço para organizar um sistema educacional que atenda as necessidades da sociedade como um todo, prevendo condições de igualdade, acesso e qualidade, dentre outras premissas.

Dentre as normativas que sustentam a educação no Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, nº 9.394/96, estabelece os fundamentos da Educação em todos os seus níveis, assim como determina a regulamentação e a legalização dos cursos e habilitação das IES para pleno exercício, como previsto na normativa em seu capítulo IV.

A educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privada, com vários graus de abrangência ou especialização. A autorização e o reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento de instituições de educação superior, terão prazos limitados, sendo renovados, periodicamente, após processo de avaliação (BRASIL, 1996, Art. 45- 46).

Os avanços na área educacional foram significativos, se comparados com as décadas anteriores, onde o acesso à educação era bem mais restrito, principalmente quando se tratava da educação superior. Porém, é importante entender a dinâmica que ganhava forma nos setores políticos, econômicos e sociais do país. As concessões e flexibilizações ao incentivo do investimento privado na educação, principalmente no ensino superior permitiu que o tripé ensino, pesquisa e extensão “enfraquecesse”, uma vez que sua indissociabilidade passava a ser norma obrigatória somente nas universidades públicas, e facultadas as demais IES considerando sua caracterização.

No que diz respeito à Extensão Universitária<sup>2</sup>, objeto desta pesquisa, a adoção desse modelo de ensino mercantil, desencadeou diversas brechas para sua

---

<sup>2</sup> A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade. A Extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequência: a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora desse processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social (Plano Nacional de Extensão Universitária).

efetivação nas IES, isso porque, cada vez mais o modelo centrado somente no ensino era adotado, acarretando o enfraquecimento da indissociabilidade do tripé previsto na Constituição Federal e na LDB/1996.

A comercialização da educação superior brasileira, um novo e lucrativo negócio, atraiu e atrai a atenção de grandes grupos. É importante salientar que estes grupos não se preocupavam em promover mecanismos que priorizassem a qualidade da formação.

Ainda nesse contexto de reformas no ensino superior, onde o Estado teve seu caráter financiador minimizado, ampliou-se, contudo a concorrência na oferta de cursos oferecidos pelas IES privadas, além dos cursos presenciais, outro padrão de ensino começou a ganhar forma, a Educação à Distância (EaD), ampliando assim o acesso e funcionalidade. Entretanto, é importante observar as possíveis vantagens e desvantagens que esse modelo traria principalmente no que concerne a qualidade da formação.

No decreto de nº 5.622 de dezembro de 2005, a Educação à Distância é conceituada como:

Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a educação à distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos (BRASIL, 2005, Art. 1º).

O advento tecnológico, a globalização e as inovações nas perspectivas de ensino, foram fatores decisivos para o crescimento da EaD. A “facilidade” do acesso nesse modelo de ensino oportunizou que muitos brasileiros adentrassem o mundo acadêmico. Porém, o arcabouço legal que regulamenta a educação superior no Brasil, permitiu que o caráter de educação como mercadoria atingisse diretamente a qualidade da educação ofertada pelas IES.

Todavia, o ensino superior não pode concentrar seus esforços simplesmente na formação concentrada na tecnicidade, ações pontuais a serviço da ordem capitalista. A universidade é um campo de desenvolvimento e promoção da criticidade, não pode ser resumida ao ensino prático.

Os Centros Universitários, Faculdade, Faculdades Integradas, Institutos e Escolas Superiores adotaram um método pedagógico centrado no ensino, o que por

sua vez incide diretamente na formação. Bacha (2003) pontua que o grande desafio da educação à distância é tornar a expansão proporcional a sua qualidade.

Em meio às tantas reformulações onde as investidas capitalistas se sobressaíram, a qualidade na Educação Superior entra em debate. A lógica mercantil, o surgimento de novas IES e cursos oferecidos na modalidade EaD acabaram por “alterar” a dinâmica do ensino conectado a pesquisa e a extensão. Mudanças que nortearam as reformulações na Educação Superior e que serviram de “base” para os governos que a sucederam.

## **1.2 Educação Superior no governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010)**

Ao longo da primeira gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ressurgiu a discussão sobre a necessidade de uma reforma na Educação Superior. No ano de 2003, a “reforma” começou a ganhar forma, sendo tratada como pauta prioritária nos projetos apresentados pelo governo.

O Ministério da Educação (MEC), juntamente com diversas organizações da sociedade, travaram debates a fim de sistematizar um planejamento para tal reforma. Porém, nesse primeiro momento, as ações tinham como objetivo uma reflexão sobre o ensino superior e a universidade. Nesse sentido, houve diversos eventos que tratavam da temática, como por exemplo: *Seminário - Universidade: por que e como reformar? Seminário Internacional Educação, Ciência e Tecnologia como estratégias de desenvolvimento; Seminário Internacional Universidade XXI.*

Para Trindade (2004), a marca inicial do governo Lula, no que diz respeito à educação superior, permeia o campo da reflexão sobre a universidade, uma vez que os eventos nacionais e internacionais deram base para o diálogo acerca da necessidade de se repensar a educação superior e sua reforma. Contudo, não houve nessa primeira fase uma preocupação na elaboração de um calendário sistêmico de ações voltadas para a implantação dessa reforma.

Segundo Otranto, à medida que iniciou o movimento de reforma na educação superior é:

A Reforma da Educação Superior do governo Lula da Silva iniciou, oficialmente, o seu curso com o Decreto de 20 de outubro de 2003, que instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) encarregado de analisar a situação da educação superior brasileira e apresentar um plano de ação visando à reestruturação, desenvolvimento e democratização das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) [...] O documento é composto de quatro partes, enfocando: ações emergenciais; autonomia universitária; complementação de recursos (financiamento) e as etapas para a implementação da reforma universitária. O texto inicia reconhecendo a situação de crise da educação superior brasileira, em especial das universidades federais, mas atribui o problema à crise fiscal do Estado, sem maiores aprofundamentos de sua origem [...]. (OTRANTO, 2006, p. 43)

O Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), por meio da análise, identificou o cenário de crise em que se encontrava a educação superior no país, bem como desenvolveu um plano de intervenção direcionado a democratização do acesso as IFES e IES privadas.

Em 2004, Tarso Genro assume o Ministério da Educação, dando continuidade à reflexão sobre a reforma do ensino superior, elaborando um quadro estratégico estruturado nos seguintes princípios: Missão da Universidade; Autonomia e Financiamento; Acesso e Permanência; Estrutura e Gestão; Conteúdos e Programas; e Avaliação (Reforma... 2004).

Ainda em 2004, o Grupo Executivo da Reforma do Ensino Superior (Geres) apresenta o documento: *“Reafirmando princípios e consolidando diretrizes da reforma da educação superior”*. No que diz respeito à Extensão Universitária, o documento aponta os seguintes princípios:

[...] e) A missão central e estratégica do Sistema de Ensino Superior, tanto no Público como Privado, no projeto de desenvolvimento cultural, econômico e social do país, é formar profissionais de qualidade, produzir ciência e tecnologia, assim como cooperar no entendimento do ser humano e do meio em que vive, gerando e divulgando conhecimentos culturais, científicos e técnicos. Deve, também, promover a profunda relação com a sociedade, valorizando a extensão como instância de mediação entre as Instituições de Ensino Superior e a sociedade. h) O fortalecimento do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão universitária nas Universidades (MEC, 2004).

Tendo em vista que as mudanças estabelecidas na LDB/1996 comprometem a efetivação da extensão universitária durante o governo FHC, o mesmo ocorreu no Governo Lula da Silva. Mesmo aparecendo como um dos princípios na pauta de reforma do ensino superior, a relação da educação com o setor privado, interfere

incisivamente na qualidade da formação, uma vez que a formação profissional passa receber um caráter técnico, como já salientava Florestan.

O que a “escola superior” precisava formar era um letrado com aptidões gerais e um mínimo de informações técnico-profissionais, habilitado para preencher certos papéis específicos, na burocracia, na estrutura de poder político e na esfera das profissões liberais. (FERNANDES, 1975, p.95)

As principais medidas e ações voltadas para o desenvolvimento da educação superior no país durante o governo Lula estão regulamentadas em um vasto arcabouço legal. Leis, medidas provisórias e decretos que serviram de base para a organização da “reforma” e expansão da educação superior no país.

Dentre as principais normativas vale destacar o Decreto Presidencial nº 5.205 de setembro de 2004, o qual dispõe sobre o aparceiramento das IFES e fundações de direito privado; a MP de nº 213 de setembro de 2004, a qual cria o ProUni<sup>3</sup> (Programa Universidade para Todos); a Lei nº 10.079/04, a qual versa sobre as parcerias entre universidades e o setor empresarial; a Lei de nº 11.096/2005, que discute medidas que viabilizem a isenção fiscal para IES privadas; o decreto 5.622/05, que regulamenta o EaD como modalidade educacional de ensino superior.

Esse vasto conjunto de normativas intensificou e fortaleceu a dinâmica de educação/mercadoria, uma vez que estas ações permitiram o alargamento do investimento privado na educação superior.

O fortalecimento do empresariamento da educação superior ocorre por diversas ações: pelo Decreto que regulamenta as parcerias entre as universidades federais e as fundações de direito privado; pela possibilidade de cobrança de cursos e venda de “serviços educacionais” pelas IES públicas; pela Lei de Inovação Tecnológica que viabiliza o trabalho docente nas empresas privadas e a ação destas empresas nas IES públicas e pelo aumento efetivo do número de IES privadas (LIMA & DAHMER, 2009, p.38).

---

<sup>3</sup>O PROUNI constitui-se em mais uma modalidade de parceria público e privada que objetiva resolver a crise de inadimplência vivenciada pelo setor privado diante do aumento dos valores das mensalidades ou anuidades das instituições privadas de ensino superior e do nível de empobrecimento progressivo dos trabalhadores brasileiros. Assim como a política de cotas conduzida pelo governo, o PROUNI possui o papel estratégico de garantir a aparência de um projeto democrático-popular. (LIMA, 2007, p. 173).

Programas federais como: ProUni e FIES<sup>4</sup>- Financiamento Estudantil, são marcas importantes do governo Lula da Silva, quando tratamos de expansão e empresariamento da educação superior no país. Tais programas permitiram que milhares de jovens de classes sociais distintas, ingressassem em IES privadas espalhadas pelo território brasileiro.

Em virtude dos mecanismos adotados durante o governo Lula da Silva, a educação superior passou por um processo de expansão, a qual é fundamentada sob o discurso de democratização de acesso. Tais condições permitiram que houvesse um perceptível aumento no número de vagas ofertadas em IES públicas e privadas, assim como a ampliação na quantidade de matrículas.

Segundo Pinto, no ano de 2006, o país dispunha de:

Em 2006 o Brasil contava com 2.270 IES, sendo 248 públicas envolvendo 34,9% do total de alunos e 2.022 privadas, com 65,1% dos estudantes. Dessas instituições, 178 são Universidades, 92 públicas e 86 privadas, 119 são Centros Universitários, 4 públicos e 115 privados. Há 116 Faculdades Integradas, 4 públicas e 112 privadas e 1.649 Faculdades, Escolas e Institutos, dos quais 1.567 são privadas e 82 públicas (INEP,2006). Os CET/FaT9 são 208, sendo 142 privados e 66 públicos.(PINTO, 2009, p.10)

Os números apresentados no ano de 2006 já assinalavam os rumos que a educação superior brasileira seguiria, aponta também, que o governo Lula da Silva manteve como prioridade o incentivo a ampliação das IES privadas. O crescimento desmesurado das IES privadas e a difusão da modalidade EaD, sob o discurso de democratização do acesso ao ensino superior foi um processo que visava à expansão quantitativa, sem que houvesse uma preocupação maior com a qualidade da formação (SGUISSARDI, 2015).

Como consequência disso, a fragilização do princípio de indissociabilidade do tripé ensino, pesquisa e extensão, incide diretamente na qualidade da formação, isso porque, esta passou a receber um caráter cada vez mais técnico.

O quadro a seguir apresenta o número de IES e sua distribuição, de acordo com a sua categorização no ano de 2008.

---

<sup>4</sup>Art. 1º Fica instituído, nos termos desta Lei, o Fundo de Financiamento Estudantil - Fies, de natureza contábil, vinculado ao Ministério da Educação, destinado à concessão de financiamento a estudantes de cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo referido Ministério, de acordo com regulamentação própria. (BRASIL, 2017, Art. 1º)

**Quadro 1: Distribuição de IES no ano de 2008**

CATEGORIZAÇÃO	QUANTIDADE
Universidade	183
Centro Universitário	124
Faculdades Isoladas	1.945
	Total: 2.252

(BRASIL, MEC/INEP, 2008, p.9)

Tendo em vista os dados apresentados, é possível identificar que ao longo do governo Lula, a perspectiva de privatização da educação foi mantida, o que teve como consequência o fortalecimento das IES que se limitam a dinâmica do ensino isolado. Uma tendência que prioriza a tecnicidade da formação, desvinculado a pesquisa e a extensão universitária do seu compromisso metodológico.

[...] Em relação ao projeto político pedagógico, operacionaliza a redução de um número significativo de universidades públicas e/ou unidades de ensino a “instituições de ensino de graduação” através da quebra da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Em relação ao financiamento da política de educação superior, ocorre o estímulo à privatização interna das instituições públicas e o aumento, tanto da isenção fiscal para os empresários da educação superior, como do número de IES privadas. Em relação ao trabalho docente, evidencia-se a sua intensificação, estimulada pelo número de alunos e turmas nas “instituições e/ou unidades de ensino” e pela lógica produtivista e da competição pelas verbas dos órgãos de fomento nas IES e/ou unidades com políticas de pós-graduação e pesquisa já consolidada (LIMA, 2013, p. 18).

Outro fator que merece destaque é o forte predomínio da privatização das universidades públicas, processo que teve início no governo FHC, por meio das investidas neoliberais e se manteve no governo Lula da Silva.

O papel histórico o Estado brasileiro na condução da política da expansão da educação superior é, portanto, fundamental. É o Estado que cria o arcabouço jurídico para operar esta política autorizando e credenciando as IES privadas, bem como legalizando a privatização interna das IES públicas e estimulando o produtivismo e o padrão mercantil da pesquisa e da produção de conhecimento. (LIMA, 2013, p. 12)

Em 2007, no governo Lula da Silva, foi instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI<sup>5</sup>. Tal proposta visa garantir o acesso e a permanência do estudante na IES.

A educação superior, em curso do governo Lula da Silva, foi pauta de vários debates. Seguindo uma dinâmica onde a democratização e expansão do ensino superior, foram difundidas como eixos fundantes de uma “reforma universitária”. No entanto, seguiu-se uma referência já conhecida, deu-se continuidade ao forte processo de privatização e empresariamento da educação superior, bem como o fortalecimento da lógica de educação como mercadoria.

Tais concepções, ligadas à dinâmica capitalista, desencadearam de fato, o aumento no número de IES, assim como a ampliação na oferta de vagas e cursos. Contudo, a qualidade da formação é algo que precisa ser observado.

Diante de um processo que objetiva essencialmente o caráter de ensino técnico, a não preocupação com a pesquisa e a extensão pode deixar lacunas profundas na formação acadêmica profissional. É preciso compreender que quantidade não é sinônimo de qualidade, mas, que ambas precisam estar vinculadas para que então, tenha-se acesso, permanência e qualidade na formação.

Mesmo que o governo Lula da Silva tenha retomado o discurso de educação com serviço público, o que se viu ao longo de suas gestões, principalmente a última, deu continuidade a noção de educação como serviço comercial, levando em consideração que o aumento no número de IES com fins lucrativos ampliou-se ainda mais.

### **1.3 Governo Dilma Rousseff (2011 à 31 agosto de 2016) - Educação Superior: Um novo ciclo de expansão.**

Dando continuidade ao conjunto de medidas iniciadas no governo Lula da Silva, o governo de Dilma Rousseff, toma como ponto de partida a manutenção do REUNI, assim como teve a preocupação de reafirmar processos que viabilizassem a expansão do ensino superior.

---

<sup>5</sup>REUNI – Decreto nº 6.096, de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, com objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior (Brasil, 2007).

De acordo com Ferreira (2012, p. 128,129), o processo de expansão do ensino superior no governo Dilma sustenta-se nos seguintes objetivos:

A expansão da educação superior na ótica desse governo tem como objetivo: expandir e interiorizar os institutos e universidades federais, principalmente nos municípios populosos com baixa receita *per capita*; promover a formação de profissionais para o desenvolvimento regional, bem como estimular a permanência desses profissionais no interior do país; potencializar a função dos institutos e universidades na superação da miséria e na redução das iniquidades sociais (MEC, 2011).

Dentre os fins previstos para política de educação superior adotada no governo Dilma, destacamos a preocupação de levar a universidade para o interior do país, dando continuidade a interiorização do ensino superior. Processo este, que já havia sido debatido no governo Lula da Silva, porém ganhou maior evidência durante a gestão de Dilma.

No ano de 2010, abriu-se espaço para o debate acerca de um novo padrão de universidade, a criação de consórcios entre universidades federais do sudeste mineiro que foram incentivados pelo governo. Ferreira explica que:

A tese que fundamenta a importância da criação do consórcio afirma que essas instituições integradas poderão “tornar-se referência nacional e internacional na educação superior, na pesquisa, na extensão, na inovação e na transferência de conhecimento e tecnologias” (PDIC, 2011 p. 5) (FERREIRA, 2012, p. 467)

De acordo com Ferreira os parâmetros estabelecidos no governo Dilma para o ensino superior são:

[...] inovação, empreendedorismo, competitividade, formação e atração de capital humano, mobilidade internacional, universidade como agente de desenvolvimento econômico e social, foco em áreas estratégicas/prioritárias de estudo e de pesquisa, internacionalização da educação superior. (FERREIRA, 2012, p.468)

Tomando como curso a perspectiva de democratização do acesso ao ensino superior proposto no governo Lula da Silva, as estratégias formuladas no governo Dilma, segue um modelo muito semelhante ao anterior. No entanto, o processo de expansão e interiorização do ensino superior ao longo do governo Dilma foi

intensificado, devido à criação dos consórcios. A universidade foi levada a novos polos, tornando o acesso mais viável para aqueles que viviam longe dos grandes centros. Nesse movimento de interiorização da universidade, regiões como Norte e Nordeste, que por muito tempo foram esquecidas, ganharam prioridade (FERREIRA, 2015).

Assim como no governo Lula da Silva, o governo Dilma desenvolveu estratégias que deram condições a população mais pobre de ingressar no ensino superior, quer seja na universidade pública ou nas instituições de ensino superior privadas por meio do ProUni e FIES, programas que foram de grande importância para o desenvolvimento e expansão do ensino superior no país.

Segundo dados do MEC, o número de bolsas ofertadas pelo ProUni no ano de 2012 era de: Integral 150.870 / Parcial 133.752, totalizando 284.622 vagas, destinadas a jovens de baixa renda, espalhados pelo território brasileiro. Tais números comprovam a importância do programa, uma vez que garantiu a formação acadêmica de milhares de jovens brasileiros.

Observando que a política de democratização de acesso à educação superior instituída nos governos dos dois representantes petistas focalizava um público excluído, jovens oriundos de famílias de baixa renda, jovens negros, severamente marginalizados puderam ingressar no ensino superior, mesmo que ainda timidamente se comparados com o percentual de estudantes de pele/cor branca.

A origem social e a situação econômica da família do estudante é, sem dúvida, um fator determinante na trajetória do jovem brasileiro pela educação superior e, por isso mesmo, deve estar na base das políticas públicas de inclusão dos grupos historicamente excluídos (RISTOFF, 2014, p. 742-43).

Se no governo FHC, tomado pela lógica neoliberal, que priorizava a arrecadação de capital, a privatização e a mercantilização da educação foram marcas severas na história do ensino superior no país, os governos petistas, retomaram o discurso de educação como bem público, que deve ser prestado não só pelo setor privado, mas que é também dever do Estado, e este não pode ausentar-se de suas responsabilidades.

No ano de 2011, o governo federal cria e incorpora o programa Ciências sem Fronteiras<sup>6</sup>, o qual teve importante papel na internacionalização do ensino superior brasileiro, pois, por meio deste, estudantes, professores e pesquisadores puderam adentrar em instituições de ensino superior no exterior.

Segundo Ferreira (2012, p. 466), a expansão da educação superior atravessava um novo ciclo no governo.

No governo Dilma, verifica-se o anúncio de um novo ciclo de expansão de universidades mediante a formatação de campus temáticos e multicampus, da defesa de parâmetros internacionais de comparação de qualidade, do financiamento baseado na eficiência e da presença das grandes universidades. Tais fatores implicam nova configuração, organização e gestão dessas instituições.

Alinhando a lógica de expansão, democratização de acesso e equidade, a política de educação superior dos governos Lula da Silva e Dilma, favoreceram em grande escala um contingente grandioso de brasileiros. Abriu-se oportunidade para aqueles que historicamente viveram à margem da sociedade, pois careciam de direitos fundamentais, como a educação, por exemplo.

Ainda no governo Dilma, o Plano Nacional da Educação<sup>7</sup> (PNE) de 2014 - 2024, estabelecido sob a lei de nº 13.005, de 2014 determina 20 metas que buscam garantir e fortalecer a educação em todos os seus níveis, priorizando a democratização de acesso e diminuição das desigualdades, a fim de promover a formação profissional e cidadã.

---

<sup>6</sup>Ciências sem Fronteiras é um programa que busca promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional. A iniciativa é fruto de esforço conjunto dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério da Educação (MEC), por meio de suas respectivas instituições de fomento – CNPq e Capes –, e Secretarias de Ensino Superior e de Ensino Tecnológico do MEC.

O projeto prevê a utilização de até 101 mil bolsas em quatro anos para promover intercâmbio, de forma que alunos de graduação e pós-graduação façam estágio no exterior com a finalidade de manter contato com sistemas educacionais competitivos em relação à tecnologia e inovação. Além disso, busca atrair pesquisadores do exterior que queiram se fixar no Brasil ou estabelecer parcerias com os pesquisadores brasileiros nas áreas prioritárias definidas no Programa, bem como criar oportunidade para que pesquisadores de empresas recebam treinamento especializado no exterior (MEC, 2017). Disponível em:

< <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/o-programa> > Acesso em 14 de out. 2017.

<sup>7</sup>PNE- Determina as diretrizes, metas e estratégias para a política educacional, com duração de 10 anos (PNE 2014-2024 em curso).

Tais metas surgem da necessidade de superação dos problemas que circundam o âmbito educacional, bem como a definição de objetivos que devem abarcar tais problemáticas a fim de superá-las num período de 10 anos.

Com relação à educação superior, o PNE 2014-2024 propõe o aumento na taxa de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, garantindo a promessa de crescimento para cerca de 40% das matrículas, no setor público (BRASIL, 2014, p, 13).

Nos anos finais da primeira gestão de Dilma, a sociedade brasileira (principalmente os burgueses) já anunciava certa insatisfação com o governo. A crise capitalista mundial<sup>8</sup> que assolava a economia e a política de vários países pelo mundo, chegava a América Latina e conseqüentemente ao Brasil. Os impactos de tal crise foram sentidos de formas diferentes, no caso brasileiro, a economia e a política entraram em colapso.

No ano de 2013, movidos pela pressão midiática, escândalos políticos e insatisfação com o governo, a sociedade brasileira assumia uma postura diferente, milhares de pessoas saíram às ruas protestando contra o governo.

No ano de 2014, após reeleição, o governo Dilma se viu enfraquecido e acuado, uma vez que as pressões populares não cessaram. Numa conjuntura extremamente fragilizada, o desmonte das políticas públicas anunciava o fim de um projeto político iniciado no ano de 2003 com o então presidente Lula da Silva e se estendeu até os anos finais do governo Dilma.

Nesse contexto, a educação superior brasileira sentiu os impactos da crise econômica e política. Segundo Mancebo (2017), os reflexos dessa crise encontram-se na recessão e no corte de verbas direcionado ao setor educacional público (ensino superior). Observou-se também que nesse período houve uma maior contenção no número de vagas e cursos ofertados, cessação no repasse de verba pública para continuidade das universidades e fragilização no processo de interiorização do ensino superior.

---

<sup>8</sup> Crise Capitalista Mundial – O Brasil vive uma complexa conjuntura econômica e política. Do ponto de vista econômico, tem-se uma crise capitalista mundial, ou uma crise orgânica e geral do capitalismo, cujo marco foi em 2008. Os impactos de tal crise manifestam-se de forma diferenciada em termos geográficos e temporais; no entanto, é inegável que, no último período, houve um impacto com força na América Latina e no Brasil, em movimentos estruturais que abalaram as bases sociais da própria reprodução política. No plano político, o destaque fica com o impeachment da presidenta eleita Dilma Rousseff, deixando o país nas mãos de um governo ilegítimo, que tem à frente o vice-presidente Michel Temer (MANCEBO, 2017, p.2).

No que tange a extensão, percebeu-se que nesse processo, a limitação de gastos interferiu na sua efetivação, uma vez que as universidades públicas também assumiram um caráter de educação focalizada apenas no ensino, “deixando de lado” a obrigatoriedade da efetivação do tripé ensino, pesquisa e extensão.

Se durante 12 anos de governos petistas, observou-se a expansão do ensino superior público no país, o segundo mandato da presidenta Dilma é marcado pelo refreamento do progresso deste.

Diante de um cenário de crise econômica, as instituições de ensino superior privado, sentiram os efeitos da crise de forma diferente das instituições públicas. A lógica de educação-mercadoria permitiu que tal setor ganhasse forma e força, bem como pontua Sguissardi (2015), tornando-se um campo extremamente lucrativo até os dias de hoje. Programas do governo, como Fies e ProUni são sujeitos importantes, posto que a liberação de verbas para financiamento estudantil nas IES com fins lucrativos, permitem a manutenção destas.

As mudanças que a crise anunciava nos setores econômicos, políticos e sociais nos anos finais do governo Dilma, desencadearam na população, principalmente na burguesia brasileira, um intenso sentimento de insatisfação. O jogo midiático, os escândalos políticos, a corrupção foram determinantes, “destruindo” a lógica que estrutura a democracia do país. Um golpe tomava forma, o então vice-presidente Michel Temer, unido a uma cúpula de governantes corruptos, planejava “por baixo dos panos” um golpe de Estado.

Em 31 de agosto de 2016, a então presidenta Dilma deixa o governo em virtude de um *impeachment* inconstitucional, uma vez que não foram encontradas provas que comprovassem as denúncias contra Dilma. O programa de governo petista anunciava seu fim. Michel Temer assume o governo, iniciando um gigantesco desmonte das políticas públicas, afetando diretamente a educação superior no país.

#### **1.4 Michel Temer: Governo ilegítimo, o desmonte de políticas públicas e retrocesso na educação superior.**

Em decorrência de um *impeachment* inconstitucional, que tirou a presidenta Dilma Rousseff em agosto de 2016, Michel Temer assume a presidência da república por meio de um golpe de Estado. Trazendo à tona um discurso que previa

a retomada do crescimento econômico do país sob a lógica neoliberal do capitalismo mundial.

Diante dos vestígios deixados pela crise capitalista iniciada em 2008, o governo ilegítimo de Temer, assume a função de reajustar a economia capitalista brasileira, atrelando tais iniciativas com a dinâmica neoliberal, como pontua Alves (2016).

Em face dos interesses do capital mundial, o projeto neoliberal de retomada do crescimento econômico assumido pelo governo de Temer, acabou findando severamente o programa de governo proposto nos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff.

De início, a fim de disseminar suas estratégias de governo, Michel Temer e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), apresentaram o documento *“Uma ponte para o futuro”*.

O texto defende a ideia de “corte de gastos” na educação brasileira, assim como na assistência social, saúde e previdência. Defendendo a proposta de ajustamento, alegando que o gasto com esses serviços são altíssimos, e não necessários.

Durante a implantação do projeto de governo assumido por Temer, é possível identificar as inúmeras críticas ao modelo de governo de seus antecessores petistas, que previam políticas públicas direcionadas às classes mais pauperizadas. Maquiando os reais problemas da economia brasileira, o governo Temer iniciou um processo que prevê o corte de gastos, com políticas públicas, como: Saúde, Educação e Previdência Social.

Não muito distante, durante a era FHC na década de 1990, o país vivenciou de forma profunda a grande investida neoliberal na economia brasileira. O governo Temer, por sua vez, sugeriu propostas semelhantes às de FHC. Desde setembro de 2016, pode-se ver um incisivo processo de desmonte das políticas públicas direcionadas a população mais pobre.

Segundo Mancebo (2017), o padrão de governo previsto no documento *“Uma ponte para o futuro”* pretende difundir uma dinâmica de governo, com estratégias neoliberais, com intuito de diminuir cada vez mais a obrigação do Estado com políticas públicas como: saúde, educação e previdência, retomar o processo de privatização e induzir o fortalecimento da iniciativa privada no país, que consequentemente recaiu sobre a educação superior.

A PEC<sup>9</sup> nº 241/2016, também conhecida como PEC nº 55/2016, determina um teto de gastos para serviços públicos num período de 20 anos. A educação é um dos serviços que foi fortemente afetado. Se os investimentos em educação já eram insuficientes, não suprimindo as necessidades da população brasileira, a PEC nº 55/2016 só intensificou tal problemática.

Em face desse repugnante processo de retrocesso, a educação superior brasileira sofreu e tem sofrido inúmeros impasses para sua efetivação, principalmente quando se trata do ensino superior público, a extensão universitária sem dúvida alguma também se viu esquecida e enfraquecida, visto que a lógica mercantil desse modelo de educação que tem se espalhado pelo Brasil não se preocupa de fato com a qualidade da formação.

A educação superior brasileira vivencia um momento desafiador, a expansão da modalidade de ensino EaD, os cursos de curta duração e fortalecimento de instituições de “ensino”, tem preparado profissionais aptos a desenvolver competências mínimas, estritamente ligadas as suas funções, sem que seja desenvolvido o saber crítico, a reflexão e a ciência como um todo.

Para Mancebo (2017, p.7), atualmente o ensino superior brasileiro segue a lógica definida pelo Banco Mundial em 2003.

[...] que confunde, não raramente, educação superior com ensino pós-secundário, compreendendo: tutorias remotas, encurtamento de carreiras, flexibilização de currículos, importação de modelos educativos baseados na “aquisição de competências profissionais”, certificação de saberes e destrezas e reciclagem de competências.

Em tempos, onde a mercantilização do ensino superior incide diretamente na qualidade da formação, a extensão universitária perde espaço, principalmente no que diz respeito às IES privadas, uma vez que as mesmas não são obrigadas a efetivar a “aliança” entre ensino, pesquisa e extensão.

Nesse processo de desregulamentação e retrocesso, preocupa-nos compreender de que modo à ausência da extensão implicará na formação profissional de milhares de estudantes que adentram o mundo acadêmico, como é possível falar em país de primeiro mundo, com uma educação faceta, que não

---

<sup>9</sup> PEC – Proposta de Emenda Constitucional.

prioriza o desenvolvimento científico, mas que lança ao mercado, profissionais com meras capacidades técnicas?

Estamos vivenciando um momento extremamente controverso, numa conjuntura abalada que tenta se ajustar a dinâmica mundial, sobretudo na ótica de reorganização e manutenção da ordem capitalista financeira.

É importante compreender que as instituições de ensino superior não se limitam a tecnicidade proposta nos dias atuais. A universidade, as faculdades, os centros universitários são espaços que devem promover o desenvolvimento crítico a reflexão. Para Sguissardi (2015) a educação de alta qualidade se limita a poucos nos dias de hoje, a grande maioria da população brasileira é refém de um ensino superior de baixa qualidade.

De forma grosseira, o governo Temer tem desregulado o ensino superior no país, é preciso deter as iniciativas deste governo ilegítimo, que dia após dia atenta contra os direitos do povo brasileiro.

## CAPÍTULO II

### O SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: NORMATIVAS DA FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL

Trazendo consigo a marcante influência da Doutrina Social da Igreja europeia, o Serviço Social chega ao Brasil em meados da década de 1930. Ações caritativas e de cunho assistencial, caracterizam a dinâmica do Serviço Social nesse período. Traços que teimam em resistir ao tempo, e que se choca com o real papel da profissão na contemporaneidade.

Em virtude das inúmeras transformações que a sociedade brasileira vivenciou ao longo dos anos, o Serviço Social recebeu uma “nova formatação”, a qual se distancia do padrão conservador disseminado pela Igreja na década de 1930.

Neste capítulo, analisaremos de que maneira a formação em Serviço Social tem sido orientada atualmente, atentando para as problemáticas que circundam o âmbito da Educação Superior no país e a importância da Extensão Universitária no processo de formação nessa graduação. Para tanto, faremos um breve passeio sobre o caminho percorrido pelo Serviço Social brasileiro, suas influências até chegarmos a sua atual formatação.

Destacamos que, hoje, a profissão tem como principais normativas: Lei nº 8.622/1993, Lei de Regulamentação da Profissão, o Código de Ética do Assistente Social (1993), as Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social (1996) da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), Resolução nº 15/2002 Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social (MEC).

#### **2.1 A trajetória do Serviço Social brasileiro: Breve histórico.**

A trajetória do Serviço Social brasileiro perpassa por fases/períodos distintos. Influência da Doutrina Social da Igreja Católica (1930), Serviço Social e a influência norte-americana (1940-1960), Movimento de Reconceituação (1965-

1975), aproximação com a teoria de Karl Marx e Regulamentação da profissão (1980-1990).

Ao longo dos anos, o Serviço Social passou por um intenso processo de mudanças na sua base estruturante. Tais alterações aconteceram em virtude do desenvolvimento da ordem capitalista no mundo, processo que não aconteceu de forma linear na sociedade como um todo.

De acordo com Yasbek

É claro que estas tendências, derivadas das transformações sociais que vem particularizando o desenvolvimento do capitalismo em nossa sociedade, não se configuram como homogêneas, mas são permeadas por diversas clivagens, tensões e confrontos internos. (YASBECK, 2009, p.2)

A chegada do Serviço Social ao Brasil coincide com o início do governo Getúlio Vargas<sup>10</sup> (1934-1937), período marcado por intensos conflitos de ordem política. Nesse contexto extremamente conturbado, as principais ações de intervenção do Serviço Social, tinham como objetivo minimizar a tensão social refletida nos conflitos de classes, caracterizando sua intervenção numa perspectiva de controle social.

A constante movimentação do proletariado, em face da crise que assolava a burguesia capitalista, estremeceu a conjuntura social e política do Estado brasileiro. Diante disso, o Estado “usou” do poder ideológico da Igreja Católica para abafar os conflitos de classes, por meio de ações assistencialistas desenvolvidas pelo Serviço Social.

A princípio o Serviço Social esteve associado a práticas meramente caritativas e de cunho assistencial, princípios estes, que se difundiram devido à influência da Doutrina Social da Igreja Católica. Percepção que se estrutura na fé e dogmas religiosos, que sustentava as ações desenvolvidas pela Igreja. (Yasbek, 2009).

No período de 1940 e anos iniciais da década de 1960, o Serviço Social brasileiro se vestia de uma “nova roupagem”. Em meio ao processo de expansão do setor industrial brasileiro, o proletariado vivenciou um rigoroso processo de exploração da sua força de trabalho.

---

<sup>10</sup> Presidente da república do Brasil (1930 até 1945 e entre 1950 e 1954)

O intenso ritmo de trabalho, exploração e desigualdades econômicas, desencadeou na classe trabalhadora o sentimento de inconformação, o que por sua vez, refletiu no surgimento dos movimentos trabalhistas e sindicais.

A fim de “abafar” os conflitos e manter o desenvolvimento industrial e econômico do país, o Estado criou instituições para atender os trabalhadores, oferecendo-lhes a prestação de benefícios trabalhistas.

Nesse sentido, segundo Yamamoto (1992), as intervenções do Estado, permeiam o campo das relações entre a burguesia brasileira (empresariado) e os trabalhadores.

A regulamentação do trabalho, nesse momento deu um aparato legal à classe trabalhadora, prestando-lhe assistência com intuito de minimizar os entraves oriundos das contradições de classes e a manutenção do crescimento econômico do país. Nesse momento, o Serviço Social brasileiro “rompe” sua relação com a dinâmica posta pela Igreja e passa a desenvolver funções ligadas as políticas sociais, revelando-se como uma profissão justificada na contradição de classes.

Rompendo com a doutrina social da Igreja, o Serviço Social brasileiro recebeu a influência norte-americana, a qual traz como principal característica a concepção positivista e funcionalista. Houve nesse período a tecnificação da profissão, alicerçada no Serviço Social de Caso<sup>11</sup>, de Grupo<sup>12</sup> e de Comunidade<sup>13</sup>.

A formação em Serviço Social adquiriu um caráter mais técnico que carecia de profissionalização, o que possibilitou a criação de Escolas de Serviço Social no Brasil.

Em 1957, a profissão foi regulamentada mediante a aprovação da Lei nº 3.252/1957. Mesmo trazendo um discurso que os vínculos com a doutrina social da Igreja haviam sido rompidos, a prática do/a assistente social nesse período histórico, ainda permeava o campo do assistencialismo.

---

<sup>11</sup> O Serviço Social de Casos é o processo que desenvolve a personalidade através de um ajustamento consciente, indivíduo por indivíduo, entre os homens e seu ambiente. (RICHMOND, 1915, apud BALBINA, 1978, p. 44)

<sup>12</sup> Um método do SS que ajuda os indivíduos a aumentarem o seu funcionamento social, através de objetivas experiências de grupo e a enfrentarem, de modo mais eficaz os seus problemas pessoais, de grupo ou de comunidade (KONOPKA, 1979, p. 33)

<sup>13</sup> O processo do Serviço Social com Comunidades se caracteriza pelo desenvolvimento social dos indivíduos e sua orientação pela promoção das relações eficientes e úteis entre eles em busca de um desenvolvimento equilibrado e harmonioso [...] As técnicas empregadas pelo assistente social são as que estimulam e orientam os indivíduos e grupos, sem controlá-los; as medidas e providências visam à solução de determinado problema social [...] (JOHNS; DE MARCHE, 1954, p. 78)

De acordo com Netto

Tudo indica que este componente atendia a duas necessidades distintas: a de preservar os traços subalternos do exercício profissional, de forma a continuar contando com um firme estrato de executores de políticas sociais localizadas bastante dócil e, ao mesmo tempo, de contrarrestar projeções profissionais potencialmente conflituosas com os meios e os objetivos que estavam alocados as estruturas organizacional - institucionais em que se inseriram tradicionalmente os assistentes sociais. (NETTO, 2005, p. 118)

A prática do assistente social nesse primeiro momento era muito limitada, estes profissionais eram meros agentes de políticas sociais de caráter assistencial, com intuito de manter a ordem social.

De 1965 a 1975, ocorreu na América Latina, o Movimento de Reconceituação, dando início a uma nova fase ao Serviço Social brasileiro. Nesse momento, o Serviço Social buscava romper com o conservadorismo em que a profissão se ergueu no país.

Diante das mudanças políticas, sociais e econômicas que aconteceram no país em virtude da expansão do capitalismo, fez-se necessário buscar a profissionalização do/a assistente social. Estas transformações acabaram por interferir diretamente na prática e na formação dos profissionais do Serviço Social.

Se nas décadas anteriores a formação em Serviço Social acontecia somente em escolas isoladas, durante o Movimento de Reconceituação, a profissão insere-se no âmbito das universidades, recebendo um caráter científico.

Nessa fase, destaca-se a aproximação do Serviço Social com a teoria marxista, ainda que de forma limitada, ocorre também nesse momento a integração desse profissional com o movimento operário e movimentos sociais.

Compreende-se que é nesse período, que o Serviço Social procura apropriar-se de um olhar mais crítico e científico, o que implicará diretamente no arranjo teórico-metodológico e na prática profissional. (NETTO, 2011)

Aconteceram neste momento, importantes eventos: Seminário de Araxá (1967), Seminário de Teresópolis (1970) e o Seminário Sumaré (1978)<sup>14</sup>, que impulsionaram mudanças na prática profissional, na perspectiva teórica e

---

<sup>14</sup> Aos Seminários de Araxá e Teresópolis seguiram-se encontros regionais, que envolveram, respectivamente, 741 e 958 assistentes sociais de todos os Estados do Brasil na discussão e avaliação dos assuntos tratados nos Seminários. Ao Seminário do Sumaré não houve encontros subsequentes. (Documentos: Araxá, Teresópolis e Sumaré, 1986)

metodológica que contribuíram com a construção do Serviço Social como hoje o conhecemos.

Nos anos iniciais da década de 1980, segundo Iamamoto (1982), a profissão começou a alinhar-se com mais profundidade a teoria social de Karl Marx. As ações de intervenção do assistente social diante da perspectiva de Marx possibilitaram que a profissão atuasse nas contradições que movem a sociedade capitalista, aproximando o Serviço Social da classe trabalhadora.

Durante os anos de 1990 são construídas as principais normativas que regulamentam a formação em Serviço Social no país, como veremos no tópico a seguir.

## **2.2. Serviço Social na Contemporaneidade: Normativas da profissão e da formação**

Em face das inúmeras mudanças que haviam acontecido nas décadas anteriores, sobretudo a partir dos anos de 1965, os avanços para a profissionalização e a formação em Serviço Social, oriundos do Movimento de Reconceitualização, as importantes transformações na conjuntura política, econômica e social do país, após o fim dos períodos ditatoriais, a efervescência da classe trabalhadora e dos movimentos sociais em aproximação com o Serviço Social e a promulgação da Constituição de 1988. Deram condições para que o Serviço Social se fortalecesse no âmbito acadêmico, construindo ao longo da década de 1990 o seu Projeto Ético-Político.

Os assistentes sociais, preocupados com a modernização do País e da profissão, assumem posições predominantemente favoráveis à reprodução das relações sociais. Porém, a partir da década de 1980, os setores críticos (em geral, respaldados na teoria marxista) assumem a vanguarda da profissão. É no bojo desse processo de renovação do Serviço Social que o pluralismo se institui e inicia a construção do que hoje chamamos de projeto ético-político da profissão. (SANTANA, 2000, p. 80)

O marco inicial desse remodelamento da profissão ganha consistência e regulação por meio da aprovação da Lei de nº 8.622, 07 de Junho de 1993, Lei que Regulamenta a Profissão. Nessa normativa são estabelecidos os princípios

estruturantes, as competências e atribuições do profissional de Serviço Social, assim como, a mesma legaliza o exercício profissional do assistente social no âmbito nacional.

No seio das mudanças que aconteceram em anos de reflexão sobre a profissão, as décadas de 1980 e 1990 delinearão um novo perfil profissional.

Segundo Yamamoto (2009, p. 3)

Exige um profissional culturalmente versado e politicamente atento ao tempo histórico; atento para decifrar o não-dito, os dilemas implícitos no ordenamento epidérmico do discurso autorizado pelo poder; c) uma competência estratégica e técnica (ou técnico-política) que não reifica o saber fazer, subordinando-o à direção do fazer. Os rumos e estratégias de ação são estabelecidos a partir da elucidação das tendências presentes no movimento da própria realidade, decifrando suas manifestações particulares no campo sobre o qual incide a ação profissional.

Os processos de reformulações e de rompimentos com o tradicionalismo e conservadorismo da profissão foram de fundamental importância no processo de regulamentação da profissão.

Destacamos, portanto, a necessidade da formação acadêmica do assistente social, uma vez que mediante Lei nº 8.662/93 a atuação legal desse profissional está condicionada aos portadores de diploma no curso de Serviço Social, registrados no seu respectivo conselho/região (Brasil, 1993).

A mesma lei estabelece as competências, que expressam capacidade de para apreciar ou dar resolutividade a determinado assunto, não sendo exclusivas de uma única especialidade profissional, pois são a ela concernentes em função da capacitação dos sujeitos profissionais, sendo as seguintes:

I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares; II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil; III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população; V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos; VI - planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais; VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais; VIII - prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo; IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício

e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade; X - planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social; XI - realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades (BRASIL, 1993, Art. 4º).

Destacamos que as competências regulamentadas nesta legislação atestam para o trabalho de Assistentes Sociais nas Políticas Sociais, nos órgãos da Administração Pública, em Instituições Privadas, com Movimentos Sociais e Usuários/as na perspectiva de “defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade”, reorientando as práticas e a formação dos/as profissionais até os dias de hoje.

No que diz respeito as atribuições privativas do/a assistente social, enquanto prerrogativas exclusivas ao serem definidas enquanto *matéria, área e unidade* de Serviço Social. (Iamamoto, 2009), a legislação estabelece as seguintes:

I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social; II - planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social; III - assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social; IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social; V - assumir, no magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular; VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social; VII - dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação; VIII - dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social; IX - elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social; X - coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social; XI - fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais; XII - dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas; XIII - ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional (BRASIL, 1993, Art. 5º).

Neste âmbito das atribuições privativas, destacamos as atividades que se relacionam diretamente com a formação profissional, como o ensino, a coordenação de cursos de graduação e pós-graduação em Serviço Social, realização de eventos científicos em matéria de Serviço Social.

Alinhado ao processo de revisão da legislação que regulamenta a profissão, foi aprovado o Código de Ética Profissional do Assistente Social (1993), o qual apresentou algumas alterações em relação ao Código de 1986, dentre elas vale destacar a resolução de nº 273/93, a qual propôs a criação de novos valores (democracia, igualdade e liberdade), bem como o comprometimento com os usuários.

A construção de um projeto ético-político que norteou a relação do Serviço Social com a classe trabalhadora, rompendo com o conservadorismo da profissão, é expresso nos princípios e nas normativas do Código de Ética. (NETTO, 2006)

Teixeira (2009) explica que é o código de ética conduz a prática, as ações do profissional. Sendo um importante instrumento legal, que viabiliza o exercício profissional atrelado ao princípio ético-político da profissão.

O Código de Ética (1993) apresenta como princípios fundamentais:

I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras; IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; Código de Ética Princípios Fundamentais 24 VII. Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual; VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero; IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as; X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional; XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física. (CFESS,1993, p. 23,24)

Pode-se perceber que a dinâmica legal que tomou forma sob o Código de Ética (1993) esta associado ao aperfeiçoamento profissional em face das contradições de classes, direcionando o papel do assistente social ao enfrentamento

das contradições capital-trabalho, defesa dos direitos de cada cidadão, emancipação do indivíduo, respeito às diferenças, equidade e justiça social.

Conforme Piana:

O Serviço Social aparece atualmente como uma profissão consolidada na sociedade brasileira, ganhando visibilidade no cenário atual e sustentado por um projeto ético-político que o habilita a formular respostas profissionais qualificadas face à questão social. (PIANA, 2009, p. 101).

A década de 1990 marca o processo de amadurecimento do Serviço Social brasileiro. Além da lei nº 8.662/93 e o Código de Ética Profissional (1993), foi aprovada no ano de 1996 as Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social, pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social<sup>15</sup> (ABEPSS), discutindo sobre a formação em Serviço Social, estabelecendo as diretrizes básicas em âmbito nacional para a formação nesta graduação.

Ressaltamos que o contexto de profundas mudanças nas dimensões ético-políticas, teórico-metodológicas e técnico-operativas do Serviço Social ocorrem no momento de alterações também na sociedade, a partir da adoção de um projeto neoliberal adotado, pelas gestões de Fernando Collor de Melo, Itamar Franco e, sobretudo, Fernando Henrique Cardoso. A adoção deste projeto resultou em alterações no Estado, nas políticas sociais e, conseqüentemente, nas relações e condições de trabalho de assistentes sociais.

Todavia, as entidades organizativas da categoria mantêm o processo de alterações nas legislações que dizem respeito ao Serviço Social, investindo na mudança das Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (1996) para formação em Serviço Social, estruturadas sob a lógica de fortalecer a dinâmica de intervenção do assistente em face das

---

<sup>15</sup>ABEPSS tem como finalidades: I- propor e coordenar a política de formação profissional na área de Serviço Social que associe organicamente ensino, pesquisa e extensão e articule a graduação com a pós-graduação; II- fortalecer a concepção de formação profissional como um processo que compreende a relação entre graduação, pós-graduação, educação permanente, exercício profissional e organização política dos assistentes sociais; III- contribuir para a definição e redefinição da formação do assistente social na perspectiva do projeto ético-político profissional do Serviço Social na direção das lutas e conquistas emancipatórias; IV- propor e coordenar processos contínuos e sistemáticos de avaliação da formação profissional nos níveis de Graduação e Pós Graduação (ABEPSS, 2008, p. 1)

problemáticas expressadas no enfrentamento à questão social. Para tanto, fez-se necessário determinar o conjunto de questões que dão norte a formação em Serviço Social, quais sejam:

1-O Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva no âmbito da questão social, expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista. 2- A relação do Serviço Social com a questão social - fundamento básico de sua existência - é mediatizada por um conjunto de processos sócio-históricos e teórico-metodológicos constitutivos de seu processo de trabalho. 3- O agravamento da questão social em face das particularidades do processo de reestruturação produtiva no Brasil, nos marcos da ideologia neoliberal, determina uma inflexão no campo profissional do Serviço Social. Esta inflexão é resultante de novas requisições postas pelo reordenamento do capital e do trabalho, pela reforma do Estado e pelo movimento de organização das classes trabalhadoras, com amplas repercussões no mercado profissional de trabalho. 4- O processo de trabalho do Serviço Social é determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social e pelas formas históricas de seu enfrentamento, permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado, através das políticas e lutas sociais. (ABEPSS, 1996, p. 5,6)

A prática do assistente social incide diretamente nas expressões da questão social. Em tempos de desigualdades econômicas, políticas e sociais, reflexos da destrutiva sociedade capitalista, o trabalho do assistente social, tem importante papel no enfrentamento aos problemas sociais vivenciados pela classe subalterna.

A atuação dos assistentes sociais dá-se *no âmbito das relações entre as classes e destas com o Estado* no enfrentamento das múltiplas expressões da “questão social”, sendo a *política social* uma mediação fundamental do exercício profissional voltado para a sua formulação, gestão avaliação e financiamento, assim como para a assessoria aos movimentos sociais. Desenvolvemos uma ação educativa na prestação de serviços sociais, viabilizando o acesso aos direitos e aos meios de exercê-los e contribuindo para que necessidades e interesses dos sujeitos de direitos adquiram visibilidade na cena pública e possam ser reconhecidos. Afirmamos o compromisso com os direitos e interesses dos usuários, na defesa da qualidade dos serviços sociais. (IAMAMOTO, 2014, p. 618,619)

A ABEPSS ainda estabelece como princípios que justificam a formação profissional, que implicam diretamente na formação do assistente social e sua capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa:

1. Flexibilidade de organização dos currículos plenos, expressa na possibilidade de definição de disciplinas e ou outros componentes curriculares - tais como oficinas, seminários temáticos, atividades complementares - como forma de favorecer a dinamicidade do currículo; 2. Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção; e reprodução da vida social. 3. Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade; 4. Superação da fragmentação de conteúdos na organização curricular, evitando-se a dispersão e a pulverização de disciplinas e outros componentes curriculares; 5. Estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade; 6. Padrões de desempenho e qualidade idênticos para cursos diurnos e noturnos, com máximo de quatro horas/aulas diárias de atividades nestes últimos; 7. Caráter interdisciplinar nas várias dimensões do projeto de formação profissional; **8. Indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão;** 9. Exercício do pluralismo como elemento próprio da natureza da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas, em luta pela direção social da formação profissional, que compõem a produção das ciências humanas e sociais; 10. Ética como princípio formativo perpassando a formação curricular 11. Indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional. (ABEPSS,1996, p. 6, grifo nosso)

O perfil do assistente social nesse sentido recebeu um viés cada vez mais crítico, o qual se apoia na formação acadêmica, atrelada as diretrizes para a formação em Serviço Social. Dentre os princípios estabelecidos nas diretrizes curriculares 1996, destacamos o oitavo, o qual trata da extensão universitária como instrumento que articula o ensino e a pesquisa na promoção de uma formação de qualidade.

A articulação do exercício e da formação profissional com o compromisso de contribuir com a transformação societária, institui:

(...) como estratégia de ação, no atual momento histórico, a luta por direitos sociais, comprometendo-se com a qualidade dos serviços prestados e com o fortalecimento do usuário, seu perfil tem que ser necessariamente crítico e questionador. (SANTANA, 2010, p. 90)

Ao ser apresentado ao Conselho Nacional de Educação (CNE) no ano de 1999, o projeto das Diretrizes Curriculares, formuladas pela ABEPSS, sofreu algumas alterações, de acordo com a Resolução nº 15, de março de 2002.

A) Gerais: A formação profissional deve viabilizar uma capacitação teórico-metodológica e ético política, como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas, com vistas à • compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; • identificação das demandas presentes na sociedade, visando a formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social; • utilização dos recursos da informática.

B) ESPECÍFICAS: A formação profissional deverá desenvolver a capacidade de • elaborar, executar e avaliar planos, programas e projetos na área social; • contribuir para viabilizar a participação dos usuários nas decisões institucionais; • planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais; • realizar pesquisas que subsidiem formulação de políticas e ações profissionais; • prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública, empresas privadas e movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais e à garantia dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade; • orientar a população na identificação de recursos para atendimento e defesa de seus direitos; • realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre matéria de Serviço Social (MEC, 1999, p.1-2)

Ao analisar o texto base estruturado pela ABEPPS (1996), veremos que pontos significativos foram retirados, como é o caso do 10º princípio que apresentava a “Ética como princípio formativo perpassando a formação curricular” (ABEPPS, 1996) e foi substituído pela “utilização de recursos informáticos” (MEC, 1999).

A proposta de currículo mínimo foi atropelada pelo processo de contrarreforma do ensino superior, preconizado pelos organismos multilaterais. Os currículos mínimos são substituídos por diretrizes curriculares mais flexíveis, exigindo a definição do perfil do bacharel em Serviço Social, a substituição de ementas das disciplinas por tópicos de estudos com caráter não obrigatório, a definição de competências e habilidades técnico-operativas. (IAMAMOTO, 2014, p.616)

A década de 1990 foi substancial para o Serviço Social brasileiro, por meio da Lei nº 8.662/93, que Regulamenta a Profissão, as alterações no Código de Ética Profissional (1993) e a aprovação das Diretrizes Curriculares a profissão ganhou consistência, notoriedade e importância para a sociedade. O projeto ético-político deu base para a sustentação da profissão na contemporaneidade.

### **2.3. A formação em Serviço Social: a importância da Extensão**

A Extensão Universitária aparece nos documentos que definem a formação em Serviço Social como um instrumento de articulação entre o ensino e a pesquisa, portanto, não devem ser desvinculados no processo de formação acadêmica do assistente social na nos dias de hoje.

Até a década de 1980 a extensão universitária era vivenciada nas universidades brasileiras sob a ótica de intermediar a relação da universidade e a sociedade, garantindo a comunidade benefícios prestados pelas ações de extensão. Porém, as mudanças econômicas, políticas e sociais que aconteceram ao longo dos anos, permitiram que a extensão universitária recebesse uma nova formatação, ultrapassando a perspectiva anterior.

Atualmente a extensão universitária é definida como:

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade. (FORPROEX, 2012, p. 15)

Esse conceito de extensão passa a vigorar em termos legais mediante aprovação da Constituição Federal de 1988, a qual determina a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como princípio norteador da educação superior no país, e na LDB/1996.

Lembramos que, conforme trabalhado no Capítulo 1 deste trabalho, a extensão articulasse diretamente com o ensino e a pesquisa, tendo fundamental importância no processo de formação acadêmica. É através a universidade e a sociedade.

No Brasil, a ABEPSS, juntamente com entidades relacionadas ao Serviço Social formula e determina os fundamentos que configuram a formação em Serviço Social atualmente. A extensão universitária é mencionada nos diversos documentos que se relacionam à formação em Serviço Social, como nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), do MEC (2002), na Política Nacional de Estágio da ABEPSS (2010), como um dos eixos que estrutura a formação em Serviço Social e inserida no tripé ensino, pesquisa e extensão.

No que tange as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), a extensão é citada no 8º princípio que fundamenta a formação profissional como algo indissociável do ensino e da pesquisa. Esse tripé deve permear toda a formação, articulando a relação entre teoria e prática.

A PNE 2010, também trata da importância da extensão para a formação em Serviço Social, sabendo que está permeia o campo da teoria e da prática. A extensão possibilita aos discentes uma “aproximação” maior com a prática profissional, assim como, promove a inter-relação do saber científico com os saberes construídos socialmente.

Outra questão apontada na construção dessa política, diz respeito à **articulação necessária do Estágio com a pesquisa e extensão**, cuja importância da indissociabilidade foi reafirmada no debate sobre a PNE. Por meio do desenvolvimento articulado entre o tripé do ensino superior, objetiva-se reforçar o cumprimento do princípio universitário e a possibilidade da efetivação de uma formação crítica e de qualidade, capaz de articular teoria e prática, numa perspectiva de revisitar a função social da universidade que é produzir e socializar conhecimentos necessários e úteis à sociedade, tão desvirtuada no contexto de mercantilização e produtivismo acadêmico. (PNE, 2010, p.37, grifo do autor)

Portanto, a extensão universitária na formação em Serviço Social é entendida como uma ferramenta que está articulada ao ensino e a pesquisa. Por meio dela a universidade dialoga com a sociedade, uma aproximação que interfere diretamente na construção crítica do profissional e na qualidade da formação.

A PNE (2010) destaca que as atividades extensionista não podem ser confundidas com o estágio supervisionado, uma vez que ambas tem funções distintas no processo de formação.

Entretanto, nos termos dessa normativa os núcleos e projetos que desenvolvem a extensão podem ser caracterizados como campo de estágio supervisionado, uma vez que a instituição especifique no seu projeto pedagógico as funções do Serviço Social, conforme previsto nos art. 4º e 5º definidos na Lei nº 8.662/1993, aponte que os planos de intervenção do estágio se associem ao exercício da profissão, atribuir a função de supervisor de estágio ao docente que esteja à frente do projeto de extensão, bem como não trazer implicações negativas, como acúmulo de tarefas a este docente/supervisor. (PNE, 2010)

Os desafios enfrentados pela extensão universitária relacionam-se diretamente com dinâmica da educação superior voltada a lógica mercantil, que se

configurou nas últimas décadas. Se por um lado, entidades como a ABEPSS, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), e a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), buscam desenvolver estratégias que priorizem a qualidade da formação, a lógica de educação-mercadoria acaba por fragilizar a perspectiva de indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, e consequentemente a qualidade da formação.

Em 2011, o CFESS, com apoio órgãos associados ao Serviço Social, lançou uma campanha intitulada: “*Educação não é fast-food: diga não a graduação à distância em Serviço Social*”. Com intuito de alertar e criticar o processo de precarização que o ensino superior passou a vivenciar em virtude da comercialização da educação. Por meio de pesquisa realizada com discentes e docentes de instituições EaD, assim como análise do material de estudo disponibilizado por estas instituições, constatou-se:

A análise dos dados reunidos demonstrou o descompromisso das Instituições de Ensino com a formação profissional substantivamente de qualidade e a falta de controle e acompanhamento sistemático da expansão e prestação de serviços dessas instituições por parte do Ministério da Educação (MEC). (CFESS, 2011, p.2)

A modalidade de ensino à distância (EaD), fortemente difundida nas últimas décadas, orientada pelo discurso de “democratização de acesso” ao ensino superior é sem dúvida um empecilho para a efetivação da extensão universitária, isso porque, essas IES alicerçam-se somente no ensino, caracterizando a formação tecnicista, isolada da pesquisa e extensão.

Em defesa do seu projeto ético-político, entidades como a ABEPSS tem criticado fortemente o processo de precarização da formação em Serviço Social no país. Diante de uma conjuntura fortemente arramada a lógica capitalista, o ensino superior brasileiro tem se visto em maus lençóis, afetando com isso IES públicas e privadas, quer sejam presenciais, semipresenciais ou à distância.

A ABEPSS defende que o/a profissional de Serviço Social ao longo da sua formação desenvolva sua criticidade, a fim de que possa intervir na sociedade de forma coerente com seu projeto ético-político.

O enfretamento a precariedade da educação superior, em especial para o Serviço Social no país, se faz necessário. Cursos que não dão condições de qualidade na formação, docentes que dispõe de pouco incentivo, IES

descomprometidas com a qualidade e focalizadas na quantidade, tem enfraquecido a categoria. São lançados ao mercado de trabalho, profissionais “inaptos” para o exercício, as IES de ensino acabam deixando lacunas grandiosas durante o processo de formação, implicando diretamente na ação prática do profissional e na realidade social.

Entendemos que os cursos superiores devem formar profissionais qualificados nas mais diversas especialidades, muitos deles, interferindo, diretamente na vida da população, como é o caso do Serviço Social. Desta forma, qual é o perfil do profissional que responde as necessidades da sociedade brasileira hoje? É este o parâmetro para pensarmos que profissional queremos formar. Para atender a que interesses desta sociedade?(ABEPSS, 2011, p.1)

É preciso Identificar o perfil dos profissionais que estão sendo desenhados, não se pode permitir que a intervenção de um assistente social seja simplória, meramente técnica. É necessário desenvolver nesse profissional a criticidade e a reflexão, capacidades que permeiam a dinâmica de educação superior que priorize a qualidade e não, a manutenção da ordem do capital

## CAPÍTULO III

### A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA ASCES-UNITA

A Extensão Universitária desempenha importante papel no processo de formação acadêmica. Unida ao ensino e a pesquisa, a extensão tem como função promover o diálogo entre a academia e a sociedade, interferindo diretamente nas problemáticas que surgem num determinado contexto social.

Entretanto, sua efetivação tem sido colocada em segundo plano, uma vez que o processo de mercantilização da educação superior disseminou uma nova formatação de instituições concentradas no ensino.

A graduação em Serviço Social particularmente, tem sofrido severamente com essa dinâmica, a adesão da modalidade EaD, deu condições para que IES focalizadas somente no ensino se espalhassem por todo território brasileiro.

No Agreste de Pernambuco, a graduação em Serviço Social tem sido ofertada em diversas IES, porém a ASCES-UNITA é uma das poucas que oportuniza aos discentes o contato com a Extensão Universitária no processo de formação.

Tendo em vistas que há poucos estudos que tratem dessa temática no território analisado, pretendemos neste capítulo analisar de que forma a Extensão Universitária tem sido executada no curso de Serviço Social da ASCES-UNITA.

#### 3.1 O curso de Serviço Social da ASCES/UNITA

O Centro Universitário Tabosa de Almeida- ASCES/UNITA está localizado no município de Caruaru, região Agreste de Pernambuco desde 1960. Atualmente oferece 18 cursos de graduação na modalidade de ensino presencial, além de especializações, cursos técnicos e dezenas de projetos de *Extensão* e Pesquisa. A instituição visa contribuir com o desenvolvimento acadêmico do território que abrange numa dinâmica que prioriza a primazia da formação.

A graduação em Serviço Social nesta IES foi instituída em março de 2010, destacando-se por ser precursora do curso na modalidade 100% presencial no interior de Pernambuco, sob autorização da Portaria nº 1617/2009. Dentre os objetivos definidos pela IES para essa graduação, destacamos a intencionalidade de formar profissionais com qualificação teórico metodológica e técnico-operativa, capazes de intervir no contexto econômico, social e político que estrutura a sociedade, confrontando o cenário de desigualdades na busca por equidade social em consonância com o projeto ético-político da profissão. (ASCES, s.d).

Dessa forma o curso de Serviço Social na ASCES-UNITA é coerente com as principais normativas que estruturam a formação em Serviço Social no país, tais como: Diretrizes Curriculares Nacionais ABEPSS/96 e a Resolução nº 15/2002, Lei que Regulamenta a Profissão - nº 8662/93 e o Código de Ética dos (as) Assistentes Sociais/1993.

O currículo dessa graduação contempla o desenvolvimento de habilidades e competências, que se articulam, com intuito de formar profissionais aptos a desenvolver suas funções na sociedade.

No que diz respeito à Extensão Universitária, a instituição desenvolve projetos com intuito de aproximar os saberes acadêmicos à sociedade, respeitando e desenvolvendo o princípio da indissociabilidade do tripé ensino, pesquisa e extensão. Desde sua implantação nessa IES, a graduação em Serviço Social articulou a dinâmica do ensino em estreita relação com a pesquisa e a extensão priorizando a qualidade da formação.

### **3.2 O Laboratório de Estudos, Políticas e Práticas Sociais (LEPPS)**

A preocupação em desenvolver estratégias que favorecessem a qualidade da formação, apoiados na indissociabilidade do trio ensino, pesquisa e extensão, deu base para a organização e implementação do Laboratório de Estudos, Políticas e Práticas Sociais LEPPS.

No ano de 2012, a coordenação do curso de Serviço Social da IES lança ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) a proposta de viabilizar um espaço, onde docentes e discentes do curso e outras graduações da IES, bem como profissionais da área pudessem dispor de “atividades complementares”, um

ambiente de estudo e pesquisa e extensão em matéria de Serviço Social, que atualmente conta um pequeno acervo de livros, revistas e documentos referentes ao Serviço Social.

O Laboratório tem como principal finalidade “Atuar como espaço de referência na produção de conhecimento para fortalecer a formação profissional”. (ASCES, 2012, p.5). Quanto ao desenvolvimento das atividades e ações do LEPPS é importante destacar os seus seguintes objetivos:

1. Contribuir com a articulação entre o ensino, pesquisa e extensão do curso de Serviço Social e outros cursos da ASCES;
2. Produzir conhecimentos nas áreas de Políticas Sociais, Práticas Sociais, com ênfase na região do Agreste de Pernambuco;
3. Estabelecer convênios e parcerias para execução de projetos e realização de estudos e pesquisas no âmbito de Políticas Sociais;
4. Prestar atendimento a usuários das unidades de serviços jurídicos e de saúde, oferecidos pela IES, na perspectiva interdisciplinar, garantindo a integralidade do atendimento do ser social;
5. Implantar campo de estágio curricular para os (as) discentes do curso de Serviço Social da Faculdade ASCES;
6. Contribuir para a formação continuada e qualificação profissional de assistentes sociais, técnicos, educadores sociais nas temáticas de Políticas e Práticas Sociais e do Serviço Social;
7. Estabelecer convênios e parcerias para execução de projetos, programas, estudos, seleção, concurso e pesquisas nas áreas de competência. Com vistas ao desenvolvimento de estudos e ações em: formação, qualificação profissional, prestação de serviços sociais, consultoria e assessoria a comunidade e movimentos sociais (ASCES, 2012, p.5)

Tendo em vista a organização dos objetivos do LEPPS, percebe-se a preocupação em desenvolver estratégias que promovam a qualificação profissional, levando em consideração a necessidade de articular o ensino, a pesquisa e a extensão, desenvolvendo ações interdisciplinares que abra espaço para o diálogo com outras graduações da IES, assim como, viabiliza a atualização de assistentes sociais que já atuam, em compromisso com a Política de Educação Permanente <sup>16</sup>do CFESS/2012, sendo também um campo de estágio curricular, visto que a região carece de mais espaços que recebam estagiários de Serviço Social.

---

<sup>16</sup> Política de Educação Permanente (CFESS, 2012) Nesses termos, pensar a educação permanente no Serviço Social pressupõe, portanto, afirmar o projeto profissional, articulando uma dupla dimensão: de um lado, as condições macrossocietárias que estabelecem o terreno sócio-histórico em que se exerce a profissão, seus limites e possibilidades; e, de outro, as respostas de caráter ético-político e técnico-operativo dos/as agentes profissionais a esse contexto, apoiadas nos fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social. Uma vez que, em uma sociedade imersa nos fenômenos de produção social capitalista, pautada Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS prioritariamente nos moldes do desenvolvimento tecnológico e subordinado, a

As contribuições do laboratório recaem diretamente sobre os projetos de extensão do curso de Serviço Social da IES, uma vez que o ambiente será utilizado para atividades, encontros, reuniões e estudos desenvolvidos pelos projetos, contribuindo para efetivação destes na instituição.

Desde sua criação até os dias atuais, o LEPPS tem contribuído no processo de formação dos discentes de Serviço Social da ASCES-UNITA, a cada período, as atividades promovidas pelo laboratório, juntamente com os projetos de extensão tem tido relevância para o espaço acadêmico, bem como deram uma maior visibilidade ao curso dentro da própria IES.

No que tange a organização e funcionamento do LEPPS é importante destacar que esse espaço contou a principio com uma coordenação colegiada, porém, a necessidade de um acompanhamento mais eficiente, alterou o modelo de gestão, para coordenação única, a qual tem sido efetivada até os dias atuais.

Desde sua implantação, o laboratório desenvolve atividade de pesquisa e extensão. No que diz respeito à pesquisa, destacamos o Núcleo de Estudos de Gênero e Enfrentamento da violência conta a Mulher Elma Novaes – NUGEN. Com relação aos projetos de extensão destacamos o *Projeto In dependência* e o *Projeto de Formação e Prática em Serviço Social* devido à relevância que ambos tiveram e ainda tem para o curso, os quais serão analisados nos tópicos a seguir.

### **3.2.1 O lugar da extensão na Formação em Serviço Social (ASCES-UNITA)**

A Extensão Universitária é um dos eixos que estrutura a formação profissional da ASCES-UNITA. Desde o início, essa instituição teve a preocupação de promover a estreita relação dos saberes acadêmicos com a sociedade, sendo a extensão, uma “ponte” para esse diálogo.

Segundo o Regulamento de Extensão da ASCES-UNITA (2014), as atividades de extensão acadêmicas buscam viabilizar a “socialização do conhecimento científico”, promovendo a intervenção na sociedade da qual faz parte, apoiando-se na indissociabilidade do tripé ensino, pesquisa e extensão para promoção da qualidade da formação.

---

racionalidade hegemônica ganha nas dimensões individual e coletiva, os traços da instrumentalização do saber. (CFESS, 2012, p 8-9)

Atualmente a extensão universitária na ASCES-UNITA segue as orientações do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras<sup>17</sup> (FORPROEX). Tendo um regulamento próprio que determina os seguintes objetivos para a extensão acadêmica na IES em seu art. 3:

I – Articular o Ensino e a Pesquisa com as demandas da sociedade, na busca pelo comprometimento da comunidade acadêmica com as necessidades da sociedade civil em todos os níveis; II – Estreitar os laços entre o saber acadêmico e o saber popular, com vistas à construção do conhecimento balizado pela relação entre teoria e prática; III – Contribuir para o desenvolvimento de uma consciência cidadã e a formação de profissionais com visão humanista e sensível à responsabilidade ético-social; IV – Desenvolver competências e habilidades de acordo com cada área de conhecimento que permita a reflexão crítica e a criatividade para a solução de problemas sociais; V – Contribuir para a (re)elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional da Faculdade ASCES através de uma política institucional de Extensão; (ASCES, 2014, Art. 3º)

Esses objetivos caracterizam a extensão universitária na IES, determinando os pontos que devem ser observados na elaboração das atividades de extensão.

Atualmente os projetos de extensão e as atividades extensionistas permanentes desenvolvidos pelos cursos de graduação e Laboratórios da IES são supervisionados pelo *Núcleo de Extensão*, podendo ser classificados em programas de extensão, projetos de extensão, curso de extensão e prestação de serviços.

No caso do curso de Serviço Social da ASCES-UNITA que tem como objetivo formar profissionais com competências teórico-metodológica e técnico-operativa, para tanto o projeto curricular do curso, prioriza a indissociabilidade do tripé ensino, pesquisa e *extensão*, tendo em vista que articulação desses três eixos influencia na qualidade da formação profissional, a extensão é desenvolvida no âmbito do LEPPS, de forma a articular o tripé ensino, pesquisa e extensão.

Na perspectiva de analisar as conquistas e desafios da extensão universitária na formação em Serviço Social, escolhemos dois Projetos de Extensão<sup>18</sup> promovidos pelo Curso de Serviço Social e LEPPS, demarcando o período de 2014.1 à 2016.2.

---

<sup>17</sup> O Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Brasileiras é uma entidade voltada para a articulação e definição de políticas acadêmicas de extensão, comprometida com a transformação social para o pleno exercício da cidadania e o fortalecimento da democracia. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/apresentacao>>. Acesso 13 de nov. 2017.

<sup>18</sup> Projetos de Extensão são conjuntos de ações processuais e contínuas de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com um objetivo definido e limitado a um prazo determinado de execução, que deve resultar em uma intervenção ou produto que será objeto de avaliação. (ASCES, 2014, Art. 6º)

Os projetos aqui analisados foram escolhidos devido à importância das temáticas que discutem, e sua influência para a “comunidade”, onde, as atividades de extensão foram desenvolvidas, partindo do pressuposto que estes projetos podem interferir nas problemáticas que a sociedade sinaliza.

Portanto, selecionamos o *Projeto In Dependência* e o *Projeto de Formação e Prática em Serviço Social*. Ambos coordenados por docentes do curso de Serviço Social em articulação com o LEPPS.

### **3.2.2. Projetos de extensão- objetivos e atividades**

#### **a) Projeto In Dependência**

O *Projeto In Dependência* teve início em 2013.2, devido à necessidade de entender a dinâmica da ação profissional do assistente social em relação ao tópico “Dependência Química”, em virtude da carência quanto à atenção dada ao tema nos currículos de cursos superiores, bem como diante da necessidade apresentada pela IES de intervenção numa problemática social que é bastante expressiva na região Agreste, a dependência química.

O projeto justifica-se na necessidade de promover atividades que proporcione a discussão da temática, bem como possibilite ações de prevenção/redução de danos no consumo de drogas em Caruaru-PE, tendo como objetivo geral “Desenvolver ações socioeducativas que auxiliem na prevenção e redução de danos das dependências químicas e não químicas no município de Caruaru-PE” (LEPPS, 2015, p. 1).

As ações do projeto objetivam também:

Difundir conhecimentos e propiciar a reflexão acerca do uso de drogas com adolescentes da rede socioassistencial de Caruaru; Mobilizar faculdade e sociedade, mediante participação e/ou organização de campanhas de alerta sobre o tema drogas; Desenvolver um projeto acadêmico de estudos e pesquisas sobre dependência química, estimulando o trabalho interdisciplinar entre docentes e discentes. (LEPPS, 2015, p.1)

É possível observar que o projeto foi estruturado com intuito de promover um diálogo entre a academia e a sociedade, implicando na intervenção dos saberes

científicos na realidade social. Dinâmica que possibilita ao discente extensionista uma maior aproximação com a prática profissional.

Desde sua criação o projeto conta com a participação de discentes do curso de Serviço Social, possibilitando que os extensionistas se aproximem da temática pesquisada e sejam capazes de dialogar com a realidade social, na qual estão inseridos.

As ações do projeto permeiam o campo do ensino e da pesquisa, visto a capacitação dos extensionistas se dá por meio de leitura, estudo e muita pesquisa.

Durante o período de 2014.1 a 2016.2 o Projeto In Dependência desenvolveu dentro e fora da IES ações de conscientização, alertando a comunidade acadêmica e a população caruaruense sobre os impactos e riscos que a dependência química e não química pode acarretar na vida dos indivíduos e na sociedade em geral. Para tanto, promoveu seleções periódicas de discentes, com intuito de oportunizar a um maior número de estudantes a aproximação com o tema e com a experiência da extensão.

Dentre as atividades desenvolvidas estão: palestras em escolas da rede municipal de Caruaru, campanhas de conscientização na comunidade acadêmica e na sociedade como um todo, exposição de documentários, oficinas, visitas técnicas, rodas de conversas, intervenção em bares e no trânsito, participação em reuniões e fóruns municipais, viagens para participação em eventos como simpósios e congressos.

<b>QUADRO 2: ATIVIDADES PROJETO DE EXTENSÃO INDEPENDÊNCIA</b>					
<b>2014.1</b>	<b>2014.2</b>	<b>2015.1</b>	<b>2015.2</b>	<b>2016.1</b>	<b>2016.2</b>
Seleção de discentes do curso de Serviço Social para preencher as vagas ofertadas pelo projeto.  Capacitação com os discentes selecionados, objetivando promover a aproximação com	Capacitação com os discentes extensionista;  Organização do I Simpósio sobre Dependência química e não química no Piauí.  Palestra sobre dependência química e não química por	Seleção e capacitação de novos discentes, planejamento de atividades para o semestre letivo;  Reunião conjunta com projetos de extensão (In Dependência, Cidadania não se aposenta e Preservação	Seleção, capacitação e planejamento das atividades para o período letivo junto aos discentes extensionista;  Oficina sobre Tabagismo intensivo;  Pré Congresso e	Seleção de novos extensionistas, capacitação e planejamento das atividades;  Participação no Fórum Intersetorial sobre Drogas (Caruaru);  Ação com funcionárias da ASCES-UNITA,	Seleção de novos extensionistas, capacitação e planejamento das atividades para o período letivo;  Aplicação de questionário (HAD – Escala de Ansiedade e Depressão) no evento “ASCES de Portas

as temáticas abordadas pelo projeto.	mulheres;	Ambiental);	Congresso de Serviço Social;	sobre dependências químicas e não químicas.	Abertas”;
Atividades em escolas do município de Caruaru.	Atividades de prevenção com crianças e adolescentes do CRAS;	Reunião com a Gerência Regional (GRE) Caruaru-PE	Oficina sobre prevenção ao suicídio;	Ação de prevenção do uso de álcool e celular no trânsito (Semana da Saúde);	Oficina de Prevenção ao Suicídio com funcionários/as da IES
Participação no I Simpósio sobre Dependências Químicas e Não Químicas no estado do Piauí.	Participação no I Seminário de Políticas sobre Drogas.	Elaboração do Projeto In Dependência para Edital do MEC/PROEXT.	Encontro de Extensionistas;	Reunião com coordenação da graduação em Educação Física.	Intervenção nos bares ao redor da faculdade, com a temática “Redução de Danos”;
Palestra sobre: Dependência química e não química em mulheres. A convite do NUGEN (Núcleo de Gênero), durante a Semana da Mulher.	Atividades de prevenção ao uso de álcool e outras drogas em escolas do município de Caruaru.	Visitas técnicas ao Programa ATITUDE.	por meio de campanha de conscientização	Reunião com representantes da rede de drogas do município;	Exibição do documentário 13ª Emenda (Semana da Consciência Negra);
Capacitação e reunião com discentes ligados ao projeto.		Cine Independência; (Exibição do documentário ILEGAL) na ASCES/UNITA;		Aplicação de teste sobre o uso de álcool e entrega de cartilhas informativas (Encontro de Profissões);	Visita técnica à ocupação da UFPE-CAA.
Apresentação de vídeos relacionados a Semana de Saúde vivenciada pela IES.		Produção de Artigo;		Atividades em conjunto com o PASC / LEPPS;	
Aplicação de questionário com alunos dos diversos cursos da IES.		Reunião com os discentes extensionista sobre a viagem e a apresentação de artigo.		Oficina sobre Dependências Químicas e não químicas com funcionários da IES.	
Atividade de prevenção ao uso de drogas junto ao CRAS.				Atividades de reinserção social, junto ao PASC e a curso de Educação Física da IES.	
				Mini Cursos (CRR-Centro	

Participação no I Seminário sobre drogas no município de Caruaru.				Regional de Referência), com a temática “Drogas”	
---	--	--	--	--	--

Como é possível observar no quadro acima, as atividades desenvolvidas pelo In Dependência se concentram em:

- Formação na temática das drogas, dependência química, redução de danos, dentre outros;
- Prevenção ao uso de álcool e outras drogas no espaço universitário e escolar municipal;
- Campanhas de orientação ao uso de álcool e outras drogas com foco na redução de danos;
- Relações interdisciplinares e interinstitucionais;
- Participação nos processos de controle social da Política de Drogas;
- Promoção e participação em Eventos técnico-científicos.

Estas atividades possibilitam uma interação entre os saberes desenvolvidos na IES com a sociedade, conhecimentos que extrapolam os muros da instituição e atingem um grande número de indivíduos, dando forma ao princípio básico da extensão, a relação entre academia e sociedade, conforme preconiza a formação em Serviço Social e contribuindo com o aprendizado e a reflexão de estudantes universitários/as e profissionais sobre o tema.

Desta forma, o projeto se reveste de importância diante dos desafios apresentados pelo CFESS sobre as “drogas”, considerada como uma temática sobre a qual, diante da complexidade na realidade brasileira, os/as Assistentes Sociais “precisam amadurecer e fundamentar uma posição da categoria no interior desse debate” (CFESS, 2011, p. 1).

Além disso, conforme estabelece as Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social pelo MEC (2002), trabalhadas no Capítulo 2 deste trabalho, ressaltamos que o Projeto Independência contribui para o desenvolvimento por parte dos/as alunos/as da competência de identificar as demandas presentes na

sociedade, visando a formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social.

## **b) Projeto Formação e Práticas em Serviço Social**

*O Projeto Formação e Prática em Serviço Social* teve início em 2014.2. Num primeiro momento as ações deste, priorizavam o trabalho com profissionais, numa perspectiva de atualização profissional, porém a dificuldade de promover interação direta com esse público permitiu que as ações atingissem também outros públicos.

O projeto visa promover a articulação da ASCES-UNITA com supervisores do campo de estágio da região, viabilizando atividades de atualização, bem como favorece a aproximação dos discentes extensionistas com a prática profissional. (LEPPS, 2015)

O mesmo tem como objetivo geral:

Oportunizar um processo de educação permanente dos profissionais envolvidos nos campos de estágio e nos espaços ocupacionais da região Agreste, como também o corpo discente da instituição, visando valorizar o aprimoramento técnico, político e ético dos assistentes sociais (LEPPS, 2015, p.1).

Dentre os objetivos específicos, o Projeto Formação e Práticas em Serviço Social se propõe a:

Promover curso de Atualização em Serviço Social para Supervisores de Campo e profissionais da região; Desenvolver atividades que possibilitem aprendizagem prática dos alunos de Serviço Social da ASCES. (LEPPS, 2015, p. 1).

É importante salientar que as atividades propostas pelo projeto ao longo da sua existência pretendem intervir na dinâmica social, uma vez que a prática da extensão não pode ser dissociada da realidade social da qual faz parte.

Dessa forma, foram promovidas inúmeras atividades em curso dos períodos de 2014.2 a 2016.2. Oficinas, rodas de conversas, capacitações, palestras, curso e minicursos, visitas técnicas, dinâmicas de grupo, workshop, são algumas das ações oportunizadas pelo projeto, atividades que não se fixaram somente na IES, mas que

foram levadas a outros espaços, com intenção de favorecer o debate das temáticas em questão. As ações desenvolvidas pelo projeto são de grande relevância, uma vez que oportuniza a atualização de profissionais que atuam na região, produzindo a reflexão e o debate de temáticas relevantes para atualidade.

<b>QUADRO 3: ATIVIDADES PROJETO DE EXTENSÃO FORMAÇÃO E PRÁTICAS EM SERVIÇO SOCIAL</b>					
<b>2014.1</b>	<b>2014.2</b>	<b>2015.1</b>	<b>2015.2</b>	<b>2016.1</b>	<b>2016.2</b>
	<p>Atividade com Supervisores de Campo/Estágio Curricular;</p> <p>Oficina sobre o Plano de Estágio, solicitado pela coordenação do Serviço Social da UPA – Caruaru;</p> <p>Oficina de Práticas Profissionais;</p> <p>Aula prática com alunas de intercâmbio (Espanha);</p> <p>Curso de Gerontologia Social Crítica;</p> <p>Encontro com supervisores de campo e estagiários;</p>	<p>Entrevista para seleção de discentes;</p> <p>Capacitação dos/das novos/as extensionistas (Estudo da Política de Educação Permanente do CFESS);</p> <p>Oficina “Violência contra a mulher”;</p> <p>Apresentação do projeto na feira de profissões;</p> <p>Trabalho de pesquisa: Perfil dos Supervisores de Campo.</p> <p>Oficina: Projeto Ético Político do Serviço Social</p>	<p>Capacitação e planejamento de atividades para o período letivo;</p> <p>Dinâmica: “Direitos e Benefícios”, no evento “ASCES de Portas abertas”</p> <p>Articulação com discentes do curso de Serviço Social e Odontologia da IES para planejamento de atividades.</p> <p>Atividade integrada com o curso de Odontologia sobre álcool e drogas em escola do município na comunidade Xicuru;</p> <p>Participação no Congresso de Serviço Social;</p> <p>Visitas técnica e</p>	<p>Reuniões de planejamento das atividades para o período letivo;</p> <p>Oficina: “Como orientar mulheres em situação de violência”.</p> <p>Palestra: Estatuto do Idoso (SESC-CARUARU)</p> <p>Cursos e Minicursos: <i>Avaliação de Programas e Projetos Sociais; Atuação do Serviço Social na Educação/ Parecer Social; A atuação do Serviço Social no sócio jurídico. Minicurso de Perícia Social.</i></p> <p>Encontro de profissões da ASCES;</p> <p>Atividade</p>	<p>Reuniões de planejamento e capacitação de novos integrantes do projeto;</p> <p>Palestra “Estatuto da Criança e do Adolescente: Instrumento de conhecimento e defesa de direitos”;</p> <p>Aplicação de questionário sócio econômico com Idosos do SESC-Caruaru;</p> <p>Workshop: Instrumentais Técnicos da área social;</p> <p>Curso: Planejamento e Avaliação de Projetos Sociais;</p> <p>Fórum de Estágio em Serviço Social e atividade integrada do LEPPS: A PEC</p>

			<p>a ação com idosos – SESC / CARUARU;</p> <p>Visita técnica a FUNASE (CARUARU);</p> <p>Dinâmica e palestra: “Violência e Saúde Pública” com discentes do 2º período de Odontologia.</p> <p>Ação com Idosos do SESC (Entrevista socioeconômica)</p> <p>Reunião com a autarquia Habitacional de Palmares- PE.</p>	<p>interdisciplinar com o curso de odontologia “Tipos de Violência”;</p> <p>I Encontro de extensionistas e bolsistas do LEPPS;</p> <p>Encontro com residentes de Oncologia e Atenção Básica e Saúde do Campo.</p>	<p>55 e os rebatimentos nas Políticas Sociais e Desafios para o Serviço Social.</p>
--	--	--	--	---	---

Observamos que o Projeto Formação e Práticas em Serviço Social concentra as atividades em:

- Educação Permanente em Serviço Social;
- A vivência teórico-prática em Serviço Social

Tais atividades se revestem de importância diante da precarização do ensino em Serviço Social, especialmente a partir dos cursos de ensino à distância e presenciais que se limitam ao ensino. Atualmente a ofertas de curso de Serviço Social tem crescido consideravelmente na região, vale salientar que a grande maioria se configuram na modalidade EaD.

Por meio das atividades desenvolvidas no Projeto Formação e Prática os/as profissionais em Serviço Social que atuam na região tem a possibilidade de se atualizar profissionalmente, as ações promovidas pelo projeto tem como base

orientadora a Política de Educação Permanente do Assistente Social (CFESS), na busca por

[...] reflexões permanentes junto à categoria, em torno das referências teóricas, técnicas, éticas e políticas, na perspectiva de um exercício profissional cada vez mais qualificado, sintonizado com o seu tempo e comprometido com a defesa dos/as trabalhadores/ as nos diversos espaços sócio-ocupacionais. (CFESS, 2012, p.11)

No caso do Projeto Formação e Práticas do Serviço Social, ressaltamos a contribuição em de assistentes sociais e alunos/as na “compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade” (MEC, 2002, p. 1).

Através da análise feita nos Relatórios dos Projetos de Extensão “*In Dependência e Formação e Prática em Serviço Social*”, ofertados pelo curso de Serviço Social da ASCES-UNITA, observamos alguns avanços e desafios para a efetivação da prática de extensão universitária nessa graduação na instituição que serão apresentados a seguir.

### **3.2.3 Extensão em Serviço Social: Avanços e Conquistas**

O curso de Serviço Social da ASCES-UNITA desde sua implantação se destaca por ser um dos poucos que oferece a graduação 100% presencial, sendo pioneiro nessa modalidade na região do Agreste Pernambucano. Dentre os diferenciais da graduação nessa instituição, destacamos a presença da Extensão Universitária no processo de formação profissional do assistente social.

Nos tópicos anteriores sintetizamos a dinâmica em que a extensão é vivenciada, por meio das informações contidas nos relatórios de extensão dos projetos *In Dependência e Formação e Prática em Serviço Social*. Aqui, destacaremos os avanços/conquistas que aconteceram no período de 2014.1 a 2016.2 com relação aos projetos pesquisados.

Em análise aos relatórios de extensão, pode-se ver como um dos principais avanços, a forma como os projetos ganharam notoriedade e importância a cada

período, obtendo um respaldo social extremamente significativo, visível nas parcerias estabelecidas e na intervenção social.

QUADRO 4:

<b>In Dependência</b>	<b>Formação e Práticas em Serviço Social</b>
Gerência Regional de Educação (GRE) Caruaru	Coordenação do Serviço Social da UPA-Caruaru
Social de Toritama Secretaria Municipal de Assistência	Articulação com NASF-Distrito Sanitário VI, Recife – PE;
Comitê Municipal de Caruaru do Programa “Crack é possível	Articulação com profissionais do CREAS – Caruaru
Programa de Atenção a usuários de Crack e outras Drogas e seus Familiares (ATITUDE)	Sector de Serviço Social do SESC – Caruaru;
Coordenação de Saúde mental do município (Caruaru)	Curso de Odontologia da IES
Curso de Educação Física da IES (Bacharelado);	
Articulação com serviços de saúde mental e dependência química de Caruaru	
Rede sócio assistencial (Centro Regional de Referência – CRR / UFPE)	
CAPS AD;	
CAUD;	
ONG Taturana	

No quadro acima, verificamos que as parcerias estabelecidas no curso a partir dos projetos se voltam para órgãos da administração pública, Organizações Não Governamentais, Projetos Sociais, dentre outros, contribuindo com a expansão das atividades, já que as ações extrapolaram os muros da IES e atenderam um número maior de usuários/as e alunos/as.

<b>QUADRO 5: Usuários/as dos Projetos</b>	
<b>In dependência</b>	<b>Formação e Práticas em Serviço Social</b>
Docentes e discentes do curso de Serviço Social da IES;	Docentes e discentes do curso de Serviço Social da IES;
Discentes de demais cursos da IES	Discentes de demais cursos da IES
Funcionários da IES	Supervisores de campo de estágio de Serviço Social
Usuários do Programa ATITUDE	Assistentes sociais da região
Crianças e adolescentes usuários/as do CRAS (Rendeiras)	Grupo de Idosos do SESC-CARUARU
Estudantes da Rede Municipal de Ensino e rede privada.	Discentes de Serviço Social de outras IES
Profissionais da Rede	

O que possibilitou contato com a realidade. Destacamos, por exemplo, a representação do In dependência nas reuniões e fóruns municipais sobre drogas, oportunizando o contato com os problemas do município relativos à dependência química e não química, permitindo pensar ações de intervenção direta com a população e possibilitando o diálogo da academia com a sociedade. Além disso, conseguiu aprovação de um projeto que trata da capacitação de profissionais da rede de atendimento a usuários de drogas, pela PROEXT/MEC. Tornou-se o único projeto com título de embaixador da ONG Taturana na região.

Em relação ao Projeto de Formação e Prática em Serviço Social, observamos sua importante função em oportunizar a atualização profissional dos assistentes sociais da região, da mesma maneira que possibilitou uma melhor aproximação com supervisores de campos de estágio conveniados com a IES, contribuindo com o conhecimento contemporâneo sobre os desafios da prática profissional.

A parceria com o SESC/Caruaru é outro ponto positivo, as visitas feitas ao espaço, permitiram que extensionistas e demais discentes do curso pudessem se “aproximar” da prática profissional, conhecendo um espaço sócio ocupacional do assistente social, instrumentais e tendo contato direto com usuários do serviço, vivenciando experiências teórico-práticas.

Os dois projetos promoveram visitas técnicas, a exemplo da visita feita a FUNASE<sup>19</sup> Centro de Internação Provisória-CENIP de Caruaru, onde os discentes puderam participar de evento com usuários do serviço, acompanhados por assistente social da unidade.

Tais projetos contribuem, desta forma, com a compreensão da extensão universitária não “apenas como uma atividade acadêmica, mas como uma concepção de universidade cidadã” e ressaltando um dos objetivos do Plano Nacional de Extensão Universitária, qual seja:

Reafirmar a extensão universitária como processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade, indispensável na formação do aluno, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade (FORPROEXT, 2002, p. 3).

Um segundo avanço identificado, foi o incentivo à pesquisa realizado no âmbito dos Projetos, a partir da produção científica das docentes e dos/as alunos/as em eventos científicos regionais, nacionais e internacionais. Destacamos os seguintes eventos: Congresso de Serviço Social do Agreste.

Além disso, as temáticas trabalhadas nos projetos estimularam a produção de pesquisas no âmbito dos trabalhos de conclusão de curso:

#### Quadro 6: TCCs

ANO	TCCs
2014	“A prática de redução de danos com adolescentes usuários de drogas que cumprem medida no CASE de Caruaru”
2014	“Possibilidades e desafios da atuação do Serviço Social com usuários de drogas: uma abordagem teórica”

<sup>19</sup> Fundação de Atendimento Socioeducativo – A FUNASE, órgão responsável pelo atendimento do adolescente sob medida socioeducativa de restrição e/ou privação de liberdade, na realidade tem suas raízes no antigo Serviço Social do Menor, órgão voltado à assistência de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social no Estado de Pernambuco, vinculado à época ao Juizado de Menores desta Capital. Durante o regime militar, em 14/06/1966, através da Lei Nº. 5.810, foi criada a **Fundação do Bem Estar do Menor - FEBEM**, entidade com personalidade jurídica de Direito Privado, vinculada a Secretaria do Trabalho e Justiça, a qual assumiu a responsabilidade pela assistência ao "menor abandonado e infrator". Respalhada pela Doutrina de Situação Irregular, a FEBEM desenvolvia um trabalho assistencialista com crianças e adolescentes “carentes”, independente da prática de ato infracional. Em 1975, vinculada à Secretaria do Estado de Trabalho e Ação Social, a FEBEM teve seu âmbito de ação ampliado, com a criação dos Núcleos de Prevenção, localizados no Grande Recife e Interior do Estado. Disponível em:< <http://www.funase.pe.gov.br/historico.php>> Acesso: 15 de nov. 2017.

2014	“Juventude e Tráfico de Drogas: a experiência dos jovens que cumprem medida socioeducativa na FUNASE/CASE Caruaru”
2017	Rede de atenção aos usuários/as de álcool e outras drogas no município de Caruaru-PE: a percepção dos/as usuários/as quanto a efetividade dos serviços para garantia de direitos
2017	Política nacional de drogas: avanços, possibilidades e limites, frente à influência midiática
2017	Estado da arte sobre o uso de drogas nas monografias das graduações da Asces-Unita

O Projeto *In Dependência* levou discentes extensionistas a eventos de abrangência nacional e internacional, tendo destaque na produção e apresentação de artigos científicos. Motivando a pesquisa dentro da temática “Drogas” e preparando os/as extensionistas para produção científica, além de introduzir o tema, nos projetos de conclusão de curso de Serviço Social da IES.

Os cursos, palestras e oficinas realizadas pelo projeto em parceria com o LEPPS tiveram papel extremamente significativo, a gratuidade e excelência dos eventos promovidos deram uma enorme visibilidade ao Projeto Formação e Práticas em Serviço Social e ao laboratório.

As ações dos projetos permitiram também a aproximação com outros cursos da IES, a exemplo das atividades integradas com os cursos de Odontologia e Educação Física, trabalhando numa lógica interdisciplinar que favorece a troca de conhecimentos.

Um terceiro avanço diz respeito à aceitação dos projetos de extensão por parte dos discentes do curso, isso é revelado devido ao aumento do número de estudantes envolvidos nesses projetos que cresceu consideravelmente, principalmente no período 2016.2.

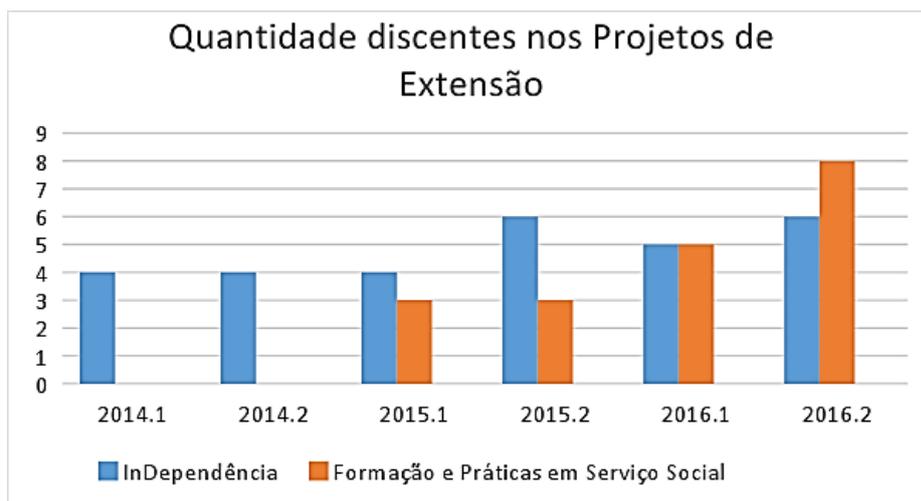


Figura 1: Gráfico: Quantidade Discentes nos Projetos de Extensão

Com relação à relevância social dos dois projetos, fica claro que as ações desenvolvidas dentro e fora da IES, tiveram impactos significativos para os grupos assistidos pelos projetos.

O uso da teoria apreendida na sala de aula, sendo aplicada na sociedade, permitindo a reflexão, desenvolvendo a criticidade, facilitando o conhecimento a fim de formar profissionais capazes de intervir na realidade social, numa perspectiva de superação das dificuldades.

### 3.2.4 Extensão em Serviço Social: Desafios

Apesar dos grandes avanços da extensão universitária no curso de Serviço Social da ASCES-UNITA, existem ainda alguns desafios para sua efetivação.

Nos relatórios observados, principalmente nas informações do Projeto In Dependência, percebemos uma preocupação com a carga horária disponibilizada as atividades do projeto, de acordo com os dados considerados, o tempo dado à extensão é insuficiente para o andamento das atividades, levando em consideração que as ações dos projetos são minuciosamente discutidas, o tempo acaba sendo um “inimigo” nesse contexto.

O perfil dos discentes do curso de Serviço Social da IES também é um desafio que rebate a efetivação da extensão. Estudantes-trabalhadores, que desenvolvem outras funções durante o período em que acontecem as reuniões dos projetos, acabam não tendo oportunidade de vivenciar as práticas extensionistas na

sua formação. Porém no período de 2016.2 houve um aumento no número de extensionistas, ainda que pequeno, se considerarmos o quantitativo de alunos do matriculados no curso no mesmo período.

Um terceiro desafio consiste na consolidação do tripé ensino, pesquisa e extensão diante das prioridades institucionais, a condições de continuidade e das mudanças de carga horária para as atividades propostas pelo Núcleo de Extensão, os limites da gestão do LEPPS diante das definições do Núcleo de Extensão para os projetos de extensão da IES.

Diante dos desafios sinalizados, faz-se necessário olhar com um pouco mais de atenção, esses são pontos importantes para que a extensão universitária de fato seja efetivada no curso. Logo, é indispensável pensar e propor soluções para que essas dificuldades sejam superadas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das inúmeras dificuldades para o desenvolvimento da Extensão Universitária no cenário atual em virtude da disseminação da dinâmica de educação alicerçada nas tendências da comercialização do ensino superior, faz-se necessário olhar atentamente para as implicações desse modelo mercantil na qualidade da formação para o curso de Serviço Social.

Desde o início de sua gestão, o governo Michel Temer tem elaborado um conjunto de medidas de reajustamento fiscal que intensifica o corte de gastos públicos com serviços fundamentais para a sociedade. A Educação Superior, por exemplo, tem sido extremamente afetada, havendo um retrocesso significativo, principalmente no que diz respeito à democratização de acesso.

Não promover o tripé ensino, pesquisa e extensão, principalmente nas IES privadas, deve ser visto como um problema que afeta o ensino superior brasileiro. O ritmo acelerado da expansão no aumento de vagas e IES espalhadas pelo país, não garantem uma formação de qualidade ao maior número de estudantes, dessa forma a “educação de qualidade” fica restrita a um número pouco significativo de discentes, os quais em sua grande maioria tiveram desde o ensino fundamental, acesso a boas escolas e conseqüentemente aos bons métodos de ensino. A Educação Superior de qualidade brasileira acaba sendo ainda hoje, um serviço direcionado a “elite”.

A presente pesquisa foi elaborada com intuito de analisar os avanços e desafios da Extensão Universitária para formação em Serviço Social, a partir da experiência do curso de Serviço Social da ASCES/UNITA, uma instituição privada, caracterizada como Centro Universitário<sup>20</sup> Comunitário, uma vez que é há na sua entidade mantenedora representantes da comunidade.

Assim, definimos os objetivos específicos, retomando-os aqui, onde destacaremos também os resultados obtidos com o estudo. Primeiramente, tratamos da Política de Educação Superior no Brasil, descrevendo o desenvolvimento do

---

<sup>20</sup>- O Centro Universitário é uma instituição pluricurricular, que abrange uma ou mais áreas do conhecimento. É semelhante à Universidade em termos de estrutura, mas não está definido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação e não apresenta o requisito da pesquisa institucionalizada. Disponível em: <[http://www.dce.mre.gov.br/nomenclatura\\_cursos.html](http://www.dce.mre.gov.br/nomenclatura_cursos.html)>. Acesso em: 09 de dezembro de 2017.

ensino superior brasileiro nas últimas décadas, enfatizando o lugar da Extensão Universitária nas normativas que fundamentam a Educação Superior no país, Constituição Federal de 1988 e LDB/1993, onde a extensão aparece vinculada ao ensino e a pesquisa de forma indissociável. Porém diante da mercantilização da educação, a obrigatoriedade de promover a indissociabilidade do tripé, se fragiliza em termos legais, tornando-se um eixo facultativo as instituições de ensino superior. Contudo, essa dinâmica acaba recair diretamente na qualidade da formação, uma vez que dar-se espaço para o crescimento das IES voltadas somente ao ensino.

Em segundo lugar, buscamos descrever de que forma a formação em Serviço Social tem sido pontuada nas normativas do Ministério da Educação (MEC) e da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), considerando as problemáticas no que diz respeito à precarização da formação em Serviço Social, em virtude da lógica de educação voltada para o ensino meramente técnico. Observamos que há uma insatisfação, principalmente das entidades ligadas ao Serviço Social, que desaprovam essa dinâmica de educação-mercadoria, sem considerar a necessidade de promover uma formação de qualidade vinculada ao projeto ético-político do assistente social.

Em terceiro lugar, tivemos como objetivo identificar o contexto e as condições de desenvolvimento de projetos de extensão no curso de Serviço Social da ASCES-UNITA. Para tanto analisamos os relatórios de dois projetos de extensão (In Dependência e Formação e Prática em Serviço Social). Ressaltamos aqui, os avanços e desafios observados para efetivação da extensão no curso de Serviço Social. Dentre os avanços, enfatizamos as inúmeras parcerias firmadas, onde os projetos puderam chegar a um maior número de usuários, a intervenção na realidade social, ora visto que as ações dos projetos respondem a uma problemática que faz parte da realidade social do lugar onde as atividades foram desenvolvidas, o incentivo a pesquisa científica nos temas abordados nos projetos, a aproximação com outros cursos da IES, tralhando de forma interdisciplinar, bem como o interesse dos discentes do curso em participar dos projetos. Em contrapartida, há ainda alguns desafios a serem superados, a exemplo disso o ajuste da carga horária direcionada aos projetos, a dificuldades de alguns discentes para participar dos projetos devido a outras ocupações, como trabalho e a consolidação do tripé ensino, pesquisa e extensão.

Contudo, elencamos algumas sugestões, visando contribuir com o desenvolvimento dos Projetos de Extensão no curso de Serviço Social desta IES.

- ✓ Melhor distribuição da carga horária direcionada as atividades de encontro semanal dos projetos;
- ✓ Retomada das atividades do Projeto In Dependência;
- ✓ Aproximação com movimentos sociais;

A relação da extensão universitária com os movimentos sociais é um ponto que tende a fortalecer o diálogo entre a universidade e a sociedade. Os movimentos sociais são protagonistas importantíssimos na sociedade atual, isso porque trazem a tona o debate a cerca de problemáticas que fazem parte da sociedade, com temáticas que devem ser discutidas na luta e defesa de grupos sociais. Diante da importância destes, verificamos que a aproximação dos projetos de extensão com os movimentos sociais locais tende a fortalecer a relação da IES com a sociedade, numa perspectiva de aprimorar a intervenção direta com a comunidade.

## REFERÊNCIAS

\_\_\_\_\_. **Reformas na educação superior: novas regulações e a reconfiguração da universidade.** Educação Unisinos, São Leopoldo, v. 19, n. 01, p. 122-131, jan./abr. 2015. 92, mar. 2000.

ABEPSS. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social.** Lei de Diretrizes Curriculares. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.

ALVES, G. **O golpe de 2016 no contexto da crise do capitalismo neoliberal.** 2016. Disponível em: < <https://blogdaboitempo.com.br/2016/06/08/o-golpe-de-2016-no-contexto-da-crise-do-capitalismo-neoliberal/>> Acesso em: 16 nov. 2017.

BACHA FILHO, Teófilo. **Educação à distância: sistemas de ensino e territorialidade.** In: FRAGALE FILHO, Roberto (Org.). Educação a distância: análise dos parâmetros legais e normativos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto n. 2.207, de 15 de abril de 1997. Regulamenta, para o Sistema Federal de Ensino, as disposições contidas nos arts. 19, 20, 45, 46 e § 1º, 52, parágrafo único, 54 e 88 da Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências. Brasília, DF., **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 16/4/1997, Página 7534 (Publicação Original).

BRASIL. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF. **Diário Oficial da União**, 23 dez. 1996.

Bresser-Pereira, **Revista do Serviço Público**, 52 (1), janeiro 2001: 5-24. The 2001 John L. Manion Lecture, Ottawa, Canadá.

DE MACEDO, Arthur Roquete et. al. **Educação superior no século XXI e a reforma universitária brasileira.** Revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, [S.l, v.13, n.47, p127-148, apr. 2005. ISSN 1809-4465. Disponível em: <http://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/ensaio/article/view/622>. Acesso em: 16 nov. 2017

DURHAM, E. **Educação superior, pública e privada (1808 – 2000)**. In: SCHWARTMAN, Simon & BROCK, Colin. **Os desafios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 2005. p.197-240.

FERREIRA, Suely. **Reformas na Educação superior: de FHC a Dilma Rousseff (1995-2011)**. Linhas Críticas, Brasília, n. 36, p. 455-472, mai./ago. 2012.

FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES. **Ponte para o futuro**. Disponível em <[http://pmdb.org.br/wp-content/uploads/2015/10/RELEASE-TEMER\\_A4-28.10.15Online.pdf](http://pmdb.org.br/wp-content/uploads/2015/10/RELEASE-TEMER_A4-28.10.15Online.pdf)> Acesso em 15 nov. 2017

LIMA, Kátia Regina de Souza Lima e PEREIRA, Larissa Dahmer. **Contra-reforma na educação superior brasileira: impactos na formação profissional em Serviço Social**. In: Revista Sociedade em Debate. Pelotas: 2009.

LIMA, Kátia Regina de Souza, **Reforma da Educação Superior nos anos de contra-revolução neoliberal: de Fernando Henrique Cardoso e Luis Inácio Lula da Silva**.

LIMA, Kátia. **Contra-Reforma na Educação Superior: de FHC a Lula**. São Paulo: Xamã, 2007.

LIMA, Kátia. **Expansão da educação superior brasileira na primeira década do novo século**. In: PEREIRA, Larissa Dahmer. ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de (Orgs). **Serviço social e educação**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013. (Coletânea Nova de Serviço Social).

MANCIBO, D.; SILVA JÚNIOR, J.R.; SCHUGURENSKY, D. **A educação superior**.

MANCIBO, Deise. **CRISE POLÍTICO-ECONÔMICA NO BRASIL: BREVE ANÁLISE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR**. Educ. Soc. [online]. In press. . Epub June 22, 2017. ISSN 0101-7330. <<http://dx.doi.org/10.1590/es0101-73302017176927>>

NETTO, J. P. Projeto Ético-político do Serviço Social. **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. São Paulo: Cortez, 2006. P.161-193.

NETTO, José Paulo. **O Movimento de Reconceituação: 40 anos depois**. In: Revista Serviço Social e Sociedade. Nº 84 – ANO XXVI. São Paulo: Cortez, 2005.

OTRANTO, Célia Regina. **Reforma da educação superior do governo Lula: da inspiração à implantação.** In: SILVA JÚNIOR, João dos Reis et al (Orgs.) Reforma universitária: dimensões e perspectivas. São Paulo: Alínea, 2006. para o futuro. São Paulo: Fundação Ulysses Guimarães, 2015.

PIANA, Maria Cristina. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional** / São Paulo : Cultura Acadêmica, 2009.

PINTO, Marialva Linda Moog. **Políticas públicas na educação superior: o PROUNI como possibilidades de democratização do acesso.** IX Colóquio Internacional sobre gestão universitária na América do Sul. Disponível em: <[https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/25885/browse?order=ASC&rpp=20&sort\\_by=2&etal=-1&offset=20&type=dateissued](https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/25885/browse?order=ASC&rpp=20&sort_by=2&etal=-1&offset=20&type=dateissued)> Acesso em: 16 de nov. 2017.

REDE NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. Documentos. **Plano Nacional de Extensão Universitária**, 2001. Disponível em: <<http://www.renex.org.br>> Acesso em: 13 out. 2017.

RISTOFF, D. **Perfil socioeconômico do estudante de graduação: Uma análise de dois ciclos completos do Enade (2004 a 2009).** Cadernos GEA, Brasília, n. 4, jul./dez. 2013.

SANTANA, R. S. **O desafio da implantação do projeto ético-político do Serviço Social.** *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, ano, n.62, p.73-

SGUISSARDI, Valdemar. **EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: DEMOCRATIZAÇÃO OU MASSIFICAÇÃO MERCANTIL?** *Educação & Sociedade*, vol. 36, núm. 133, outubro-diciembre, 2015, pp. 867-889 Centro de Estudos Educação e Sociedade Campinas, Brasil.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. BRAZ, Marcelo. **O projeto ético-político do Serviço Social. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais.** Brasília, CEFESS/ABEPSS, 2009.

TRINDADE, Hélgio. **A República em tempos de reforma universitária: o desafio do Governo Lula.** *Educ. Soc.* [online]. 2004, vol.25, n.88, pp.819-844. ISSN 0101-7330. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302004000300009>.

YAZBEK, M. C. **Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade.** In: CFESS. ABEPSS. (Org.). *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.* Brasília, DF, 2009. Disponível

em:<<http://cressrn.org.br/files/arquivos/ZxJ9du2bNS66joo4oU0y.pdf>> Acesso em: 15 nov. 2017.